

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**FLÁVIA ZANONATO BUSETTI**

**O CASO DA TCHECOSLOVÁQUIA: OS CONDICIONANTES EXTERNOS DA  
REVOLUÇÃO COMUNISTA DE 1948**

**Porto Alegre**

**2018**

**FLÁVIA ZANONATO BUSETTI**

**O CASO DA TCHECOSLOVÁQUIA: OS CONDICIONANTES EXTERNOS DA  
REVOLUÇÃO COMUNISTA DE 1948**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

**Porto Alegre**

**2018**

### CIP - Catalogação na Publicação

Busetti, Flávia Zanonato

O caso da Tchecoslováquia: os condicionantes externos da revolução comunista de 1948 / Flávia Zanonato Busetti. -- 2018.

74 f.

Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Tchecoslováquia. 2. Ingerência Externa. 3. Comunismo. 4. Acordo de Munique. 5. Partido Comunista da Tchecoslováquia. I. Visentini, Paulo Gilberto Fagundes, orient. II. Título.

**FLÁVIA ZANONATO Busetti**

**O CASO DA TCHECOSLOVÁQUIA: OS CONDICIONANTES EXTERNOS DA  
REVOLUÇÃO COMUNISTA DE 1948**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 10 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira  
UFRGS

---

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro  
UFRGS

*Aos três mosqueteiros, Vivian, Cláudio e Marcos, que foram  
minha guarda sempre que precisei.*

## **AGRADECIMENTOS**

Pelo amor incondicional devotado a mim e pelos ensinamentos sobre felicidade como fundamento maior da vida, agradeço antes de tudo aos meus pais, esta conquista é compartilhada com vocês. Pelo apoio e pela motivação fundamentais quando me senti perdida e também quando soube que estava no caminho certo, agradeço ao grande amor da minha vida.

Agradeço aos amigos com que tive o prazer de compartilhar alguns dos melhores momentos da minha vida, vocês são meus irmãos de vida. Em especial, quero agradecer às amigas que dividiram os anos de faculdade comigo, Amanda Petry, Amanda Garcias, Débora Andrade, Luana Beal e Maria José. Inspirada por vocês, mulheres independentes e corajosas, hoje posso dizer que sou mais forte para enfrentar o que a vida reservar para mim. Amo vocês.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande de Sul e à República Federativa do Brasil pela oportunidade dada e pelas ferramentas fornecidas para formarem a estudante e cidadã que me tornei.

Pela confiança depositada, agradeço ao Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini. Agradeço por acreditar que eu seria capaz de enfrentar o desafio de escrever sobre um tema tão pouco explorado na literatura brasileira. Mais ainda, agradeço por abraçar o desafio comigo, me dando todo suporte de que precisei.

“At many conjunctures in their modern history Czech and Slovaks have had to live with the palpable knowledge that their precarious national identity and state were under existential threat, or at least might be subjugated by foreign aggressors.” (MCDERMOTT, 2015, p.3)

## RESUMO

A Tchecoslováquia se insere no Sistema Internacional como um Estado de pouca expressividade e, devido a isso, poucas análises oriundas do Brasil são atribuídas a sua curta, mas complexa, existência. Durante menos de 80 anos, sofreu todo tipo de ingerência externa, o que acarretou na multiplicidade de regimes políticos, passando da democracia para o comando militar, deste para o protetorado nazista e, por fim, vivenciou-se o período comunista. Por isso, o objetivo geral deste Trabalho de Conclusão de Curso é compreender por que o processo de Revolução Comunista na Tchecoslováquia se configurou como um caso particular na história da Europa Centro-Oriental, explorando os condicionantes externos como sua singularidade. Como ponto de partida, duas hipóteses foram elaboradas. Tem-se como hipótese primária que os interesses e as relações entre os Estados europeus entre 1918 e 1948 criaram as condições necessárias para afetar a conjuntura interna à Tchecoslováquia de forma a favorecer a retórica comunista do Partido Comunista da Tchecoslováquia (KSČ). A hipótese secundária é de que a retórica comunista do KSČ respaldou-se em conceitos como democracia, nacionalismo e patriotismo, no intuito de obter apoio de outras camadas da sociedade as quais não era possível atingir apenas com a essência de sua ideologia. A metodologia empregada no desenvolvimento da pesquisa é a análise histórica e a técnica de pesquisa baseia-se em uma ampla revisão da bibliografia disponível a respeito do tema tratado. Conclui-se que a ingerência externa é o conceito que conecta os capítulos deste Trabalho de Conclusão de Curso, pois é este conceito que particulariza o processo de implementação do regime comunista da Tchecoslováquia, quando analisado entre os demais ocorridos na Europa Centro-Oriental.

**Palavras-chave:** Tchecoslováquia. Ingerência Externa. Comunismo. Acordo de Munique. Partido Comunista da Tchecoslováquia.



## ABSTRACT

Czechoslovakia is embedded in the international system as a state of little expressiveness, and because of this, few analyzes from Brazil are attributed to its short but complex existence. During less than 80 years, it suffered all kinds of external interference, which resulted in the multiplicity of political regimes, from democracy to military command, from this to the Nazi protectorate and finally the communist period was experienced. Therefore, the general purpose of this Final Paper is to understand why the process of Communist Revolution in Czechoslovakia has become a particular case in the history of Central East Europe, exploring external constraints as its uniqueness. As a starting point, two hypotheses have been elaborated. It is a primary hypothesis that interests and relations between European states between 1918 and 1948 created the necessary conditions to affect the internal situation in Czechoslovakia in order to favor the Communist rhetoric of the Communist Party of Czechoslovakia (KSČ). The secondary hypothesis is that the communist rhetoric of KSČ was based on concepts such as democracy, nationalism and patriotism, in order to gain support from other layers of society that could not be reached only with the essence of its ideology. The methodology used in the development of the research is the historical analysis and the research technique is based on a broad review of the bibliography available on the subject. It is concluded that external interference is the concept that connects the chapters of this Final Paper, because it is this concept that particularizes the process of implementation of the Czechoslovak communist regime, when analyzed among the others occurred in Central East Europe.

**Keywords:** Czechoslovak. External interference. Communism. Munich Agreement. Communist Party of Czechoslovakia

## LISTA DE MAPAS

Figura 1 - Império Austro-Húngaro com nacionalidades representadas .....	19
Figura 2 - Desmembramento do Império Habsburgo .....	24
Figura 3 - Delimitação aproximada da região dos sudetos .....	33
Figura 4 - Tchecoslováquia após Munique em 1938 .....	38

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>A FORMAÇÃO DO ESTADO: INGERÊNCIA EXTERNA E O MITO NACIONAL.....</b>	<b>16</b>
2.1	A DERROTA E O DESMEMBRAMENTO DO IMPÉRIO HABSBURGO E AS NEGOCIAÇÕES NA CONFERÊNCIA DE PAZ DE PARIS EM 1919 .....	19
2.1.1	<b>A influência dos interesses das potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial no processo de formação da Tchecoslováquia .....</b>	<b>23</b>
2.2	A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO TCHECOSLOVACO ATRAVÉS DO MITO NACIONAL: DE TOMÁŠ MASARYK A KLEMENT GOTTWALD.....	26
2.2.1	<b>1918 - 1938: O Mito Nacional como ferramenta de coesão social em um Estado multinacional.....</b>	<b>27</b>
2.2.2	<b>A retórica comunista e a retomada dos ideais da Primeira República .....</b>	<b>30</b>
<b>3</b>	<b>O IMPACTO DO ACORDO DE MUNIQUE NA SOCIEDADE TCHECOSLOVACA.....</b>	<b>32</b>
3.1	A ASCENSÃO DE HITLER AO PODER ALEMÃO E O TERCEIRO REICH: O INTERESSE PELOS SUDETOS ALEMÃES E OS PRECEDENTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL .....	33
3.2	O ACORDO DE 1938: INTERESSES, NEGOCIAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS .....	36
3.3	A PROGRESSIVA PERDA DE AUTONOMIA TCHECA E O ESTADO ESLOVACO .	41
3.3.1	<b>Relações entre tchecos e eslovacos: o paradoxo da autonomia eslovaca .....</b>	<b>44</b>
3.4	A MUDANÇA NA COMPOSIÇÃO ÉTNICA E SOCIAL ATRAVÉS DAS LIMPEZAS ÉTNICAS .....	46
3.5	O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PERÍODO DA CENTRALIZAÇÃO	

	ECONÔMICA E DAS NACIONALIZAÇÕES .....	48
<b>4</b>	<b>A ASCENSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA DA TCHECOSLOVÁQUIA: DA PRIMEIRA REPÚBLICA À DESESTALINIZAÇÃO NA DÉCADA DE 1950 .....</b>	<b>52</b>
4.1	A COALIZÃO DOS PARTIDOS DE ESQUERDA SOB A FRENTE NACIONAL E O AVANÇO DO PODER DO PARTIDO COMUNISTA DA TCHECOSLOVÁQUIA .....	53
4.2	A REVOLUÇÃO DE 1948: O CAMINHO TCHECOSLOVACO PARA O COMUNISMO.....	58
<b>4.2.1</b>	<b>Os mecanismos comunistas para obter poder, a instabilidade da Frente Nacional e a Crise de Fevereiro .....</b>	<b>60</b>
4.3	O MANTENIMENTO DO REGIME COMUNISTA E A RESISTÊNCIA AO PROCESSO DE DESESTALINIZAÇÃO NA DÉCADA DE 1950.....	63
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>66</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>71</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Estado-nação recente na história da Europa e do mundo, ainda pouco pesquisado no meio científico ocidental, a Tchecoslováquia se configura como um país de pouca expressão internacional e variadas experiências políticas internas, perpassando períodos de gerência militar, democrática, fascista e comunista. Integrando um dos novos territórios independentes resultados do desmembramento do Império Habsburgo, as nações tcheca e eslovaca livraram-se da administração Austro-Húngara, para vivenciar outros tantos períodos de ingerência externa e transformação ideológica. Após breves 20 anos de democracia sob a Primeira República (1918 – 1938), esses povos experienciaram a humilhação do Acordo de Munique, resultando no desmembramento do Estado, na Segunda República e no protetorado alemão como expressão do avanço desta potência durante a Segunda Guerra Mundial, e em 40 anos sob o governo comunista, decorrendo em posteriores revoltas internas, que findaram na separação de tchecos e eslovacos em duas repúblicas democráticas e capitalistas autônomas entre si em 1993 (HEIMANN, 2009; MCDERMOTT, 2015).

Antes mesmo da formação da Tchecoslováquia como Estado-Nação, os povos tcheco e eslovaco, bem como as demais minorias integrantes do novo país, já eram subjugados a um poder externo, nesse caso o Império Habsburgo. Apesar de possuírem língua, cultura e costumes próprios, o que lhes conferia certo senso de identidade, não detinham poder político ou militar para constituírem um Estado de território com fronteiras definidas e governo autônomo. No caso tcheco, ainda havia certa vantagem quanto ao desenvolvimento econômico e social, entretanto, este não era suficiente para que a minoria étnica se sobrepusesse ao domínio austríaco. Já no final do século XIX, os representantes tchecos Tomáš Masaryk<sup>1</sup> e Edvard Beneš<sup>2</sup> reivindicavam independência em relação ao Império bem como reconhecimento internacional por parte das potências aliadas, como França e Inglaterra. Esta ambição solidificou-se em uma proposta

---

<sup>1</sup>Tomáš Garrigue Masaryk foi um dos líderes do movimento de autodeterminação tcheca. Tendo crescido na região da Morávia como alemão católico, na sua vida adulta renunciou sua nacionalidade e religião e reinventou-se como professor e filósofo eslavo, defensor dos direitos humanos. Em 1900, foi um dos responsáveis pela criação do Partido Progressista Tcheco, ainda sob o Império Habsburgo (HEIMANN, 2009).

<sup>2</sup>Edvar Beneš, tcheco nacionalista e socialista, uniu-se à causa por que Masaryk lutava em 1914. Anteriormente, havia sido um estudioso da Questão da Boêmia, tendo escrito uma tese de doutorado sobre o assunto para a Universidade de Carlos, em Praga, onde Masaryk exerceu sua docência (HEIMANN, 2009).

concreta quando, pouco antes do final da Primeira Guerra Mundial, os líderes tchecos passaram a reivindicar um ‘corredor eslavo’, que entregaria às nações eslavas a independência desejada e, ao mesmo tempo, satisfaria os interesses dos Estados vencedores da guerra (MCDERMOTT, 2015; SCHUBERT, 2011).

A derrota sofrida na Primeira Guerra Mundial e o posterior desmembramento do Império Austro-Húngaro abriram espaço para a perspectiva de muitas nações tornarem-se independentes daquele e formarem seu próprio Estado autônomo, como foi o caso da Tchecoslováquia em 1918. O novo território combinou a aspiração de tchecos e eslovacos, os primeiros herdaram as terras reivindicadas da Boêmia, Morávia e Silésia, enquanto os últimos transformaram a área conhecida por Hungria Superior na nação eslovaca. Convenientemente, as potências vencedoras da guerra apoiavam a formação dos pequenos Estados-Nação, na medida em que seus interesses uniam-se aos objetivos dos movimentos nacionalistas do começo do século XX. O plano de contenção das forças revolucionárias russas bem como daquelas pertencentes a uma Alemanha derrotada e humilhada encontrou a justificativa para a construção de um cordão sanitário na autodeterminação dos povos (HEIMANN, 2009; HOBBSAWN, 2003).

Ainda que a libertação do Império Habsburgo tivesse se concretizado com a criação da Tchecoslováquia, as consecutivas Primeira, Segunda e Terceira República sofreram com a ingerência externa, limitando o poder de decisão dos governos legitimados internamente e os direitos da população. O Acordo de Munique, em 1938, foi o estopim de uma trajetória de contração da autonomia tchecoslovaca, imposta pelas potências europeias, que preparou o terreno para que a tomada de poder pelos comunistas em 1948 obtivesse grande respaldo da população civil. Após vivenciarem a perda de grande parte do seu território, a transformação em protetorado alemão e a limpeza étnica obra da ocupação nazista, sem defesa qualquer por parte de seus líderes políticos ou das potências aliadas, tchecos e eslovacos almejavam um recomeço sem nenhuma ligação aos governos anteriores ou aos seus ideais em 1945, quando o Estado retomou sua independência comandado por uma coalizão de partidos de esquerda. Dessa forma, faz-se a seguinte pergunta de pesquisa: por que os condicionantes externos tornaram a Revolução Comunista na Tchecoslováquia de 1948 um caso particular na história da Europa Centro-Oriental? (HEIMANN, 2009; MCDERMOTT, 2015).

A consolidação da Tchecoslováquia como Estado independente está inserida no período entre guerras, que também perpassa a Crise de 1929 e a ascensão do fascismo e de regimes

totalitários. A incerteza e a instabilidade das relações que marcam este momento são exemplificadas pela forma como a Tchecoslováquia é tratado por seus aliados. Aquelas potências que em 1918 foram responsáveis por dar suporte à causa da independência - França e Inglaterra -, em 1938, temerosas às ambições alemãs, entregaram a autonomia deste Estado em uma reunião que nem mesmo constavam os representantes do mesmo. Esta é a prova da pressão externa sofrida na construção da Tchecoslováquia, que, em um momento, serviu como zona tampão<sup>3</sup> para impedir a retomada de ambições do Império Habsburgo e o avanço da Revolução Comunista de 1917 e em outro prestava como tentativa de conter os avanços do Terceiro Reich em direção a territórios ocidentais, satisfazendo seu interesse pelos sudetos alemães (ORZOFF, 2009).

A frágil e inconstante política, causada pelos movimentos que aconteciam no Sistema Internacional (SI), que tchecos e eslovacos enfrentaram em questão de 30 anos, foi moldando sua percepção e consciência a respeito do que desejavam para a nação tchecoslovaca; ao mesmo tempo, o crescimento da participação do KSČ na cena política do país foi acompanhado de aumento do escopo do seu discurso, em busca de adesão de diferentes grupos e camadas sociais ao partido. Argumenta-se, portanto, que há correlação entre o contexto de instabilidade política e o aumento de respaldo da população em relação aos ideais defendidos pelo partido comunista e seus aliados. Tem-se como hipótese primária que os interesses e as relações entre os Estados europeus entre 1918 e 1948 criaram as condições necessárias para afetar a conjuntura interna à Tchecoslováquia de forma a favorecer a retórica comunista do KSČ (MCDERMOTT, 2015).

Diferentemente de outros países da Europa Centro-Oriental, a Tchecoslováquia não precisou de intervenção das tropas soviéticas para a posse do novo governo comunista. O processo de transição entre o governo de coalizão da Frente Nacional, na qual o Partido Comunista da Tchecoslováquia (KSČ) já era atuante e influente, e o que assumiu em 1948 foi momentaneamente pacífico, contando com grande apoio popular, considerando que os episódios de violência ocorreram através das limpezas étnicas. O respaldo da população adivinha tanto da credibilidade da proposta da frente comunista, quanto da rejeição ao modelo ocidental, que, de acordo com a memória histórica do povo, era responsável pela derrocada da Primeira República e de seus ideais. Defende-se que o governo não foi imposto verticalmente pelo alto comando político, mas horizontalmente com a participação de uma massa de apoiadores do ideal comunista e de outros projetos defendidos pelo KSČ. Tendo isso em vista, o objetivo geral deste Trabalho de

---

<sup>3</sup> Termo utilizado para representar um espaço geográfico que separa duas entidades políticas diferentes.

Conclusão de Curso é compreender por que o processo de Revolução Comunista na Tchecoslováquia se configurou como um caso particular na história da Europa Centro-Oriental, explorando os condicionantes externos como sua singularidade (MYANT, 1981; MCDERMOTT, 2015).

O apoio à retórica comunista originou-se, primariamente, da forma que os condicionantes externos anteriormente citados afetaram a percepção de tchecos e eslovacos a respeito de temas como democracia, nacionalismo e patriotismo; e, secundariamente, de como o partido de esquerda aproveitou-se destes conceitos, resgatando inclusive conexões com o passado da Primeira República, para alterar e ampliar a sua imagem perante a população, de forma que em 1945 os líderes comunistas aparentavam serem os únicos capazes de fornecerem um futuro crível e viável a recentemente independente Tchecoslováquia. Tendo isso em vista, a hipótese secundária é de que a retórica comunista do KSČ respaldou-se em conceitos como democracia, nacionalismo e patriotismo, no intuito de obter apoio de outras camadas da sociedade as quais não era possível atingir apenas com a essência de sua ideologia (ORZOFF, 2009; MCDERMOTT, 2015).

Durante esses 30 anos de história, desde a consolidação da Tchecoslováquia como Estado-Nação até a revolução comunista em 1948, a identidade nacional, a identificação com a pátria e seus líderes e a coesão entre povos foi mantida através do mito, que precisou se reinventar de forma a servir a causa em diferentes contextos. Este era, em outras palavras, a narrativa da libertação tcheca e eslovaca da subjugação externa e consequente busca da sua própria consciência como nação. O mito surgiu antes mesmo da formação do território tchecoslovaco, mas passou ser forma de propaganda na Primeira República, com o surgimento do grupo intitulado 'Castelo', que tinha como propósito a construção da imagem interna e externa do governo implementado em 1918. Nas décadas seguintes, em um contexto marcado pelo entre guerras e a perda de autonomia por parte da Tchecoslováquia, o mito foi reinventado para servir aos propósitos do KSČ, unindo os ideais do comunismo às concepções da Primeira República de democracia, liberdade e igualitarismo, de modo a possibilitar a sua ascensão em 1948 (ORZOFF, 2009; MCDERMOTT, 2015).

Finalmente, a importância deste Trabalho de Conclusão de Curso é atribuir valor para a história de um Estado cujo processo de formação política não se assemelha a nenhum outro, que, entretanto, pouco se sabe a respeito dentro da comunidade científica ocidental. Em meio a um



círculo acadêmico cuja relevância dos Estados no Sistema Internacional elitiza-os nos estudos científicos, compreender a singularidade da trajetória da Tchecoslováquia tanto em relação aos seus vizinhos que experienciaram revoluções semelhantes, quanto em relação a todos outros sistemas políticos comunistas já existentes, é iniciar um processo de desmarginalização, em busca de consciência e conhecimento capazes de fornecerem os instrumentos necessários para que se possa ir além das generalizações a respeito do assunto.

Indo além, o tema como um todo é relevante para a sociedade brasileira no atual contexto de fragilidade política e social do país. Instabilidade esta que é agravada no Brasil pela dificuldade de acesso da população a conteúdos acadêmicos e pouco discernimento da mesma no que diz respeito à diferença entre informação midiática e conhecimento científico. O resultado desta combinação é o preconceito e conseqüente medo em relação ao conceito ‘comunismo’ e qualquer assunto decorrente. Esta pesquisa visa fazer parte do processo de desconstrução do prejulgamento e dar suporte ao diálogo entre as diferentes visões que compõem a cena política no contexto de eleições presidenciais.

A metodologia utilizada no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso é a análise histórica. A técnica de pesquisa empregada baseia-se em uma ampla revisão da bibliografia disponível a respeito do tema tratado, com foco em obras escritas ou traduzidas para o inglês e o português, e que procura visões alternativas que se complementam e dialogam entre si. Como, no período analisado, as fronteiras da Europa Centro-Oriental sofreram grandes alterações em diversos aspectos, os mapas serão aliados da pesquisa para compreender a forma, o motivo e o momento destas modificações ocorridas internamente e externamente à Tchecoslováquia, de caráter social, étnico, populacional e territorial.

O recorte temporal do trabalho se centrará entre 1918 e 1948, já que as variáveis consideradas encontram-se dentro dos limites destas três décadas. Não obstante, a última subseção do capítulo quatro fará um breve apanhado da década de 1950 para entender como a singularidade da implementação do regime comunista na Tchecoslováquia resultou em um processo de desestalinização tardio, fenômeno este que complementa o raciocínio do trabalho a respeito das particularidades do processo da revolução comunista neste Estado.

A estrutura teórica para embasamento da pesquisa origina-se nas ideias de Fred Halliday, em destaque sua percepção a respeito dos fatores internacionais da revolução. A consideração inicial a respeito do tema revoluções é de que não se trata de rupturas dos processos regulares da

sociedade nacional e do sistema internacional, ou seja, as revoluções tem caráter evolutivo-histórico e representam pontos de transição e transformação das sociedades. Uma segunda consideração é de que as revoluções tratam-se de eventos internacionais, no âmbito seja de suas causas, seja de seus efeitos. O escopo desta pesquisa atém-se nas causas internacionais da revolução, em especial como os condicionantes externos causam enfraquecimento do Estado que é objeto de estudo e como a fraqueza contribui para a alteração do seu ambiente nacional e da percepção da população em geral (HALLIDAY, 1999).

Este trabalho divide-se nesta introdução, três capítulos de desenvolvimento da pesquisa, cada um abarcando um momento dentro do recorte temporal analisado, e as considerações finais, em que serão retomados os objetivos e as hipóteses da pesquisa de modo a concluir se aqueles foram cumpridos e estas foram corroboradas. O primeiro capítulo abarca desde a união das coroas Austríaca e Húngara em um mesmo Império até a formação do Estado Tchecoslovaco. O segundo capítulo perpassa o período do entre guerras e se detém no Acordo de Munique (1938), peça-chave para responder a pergunta de pesquisa. Por fim, o terceiro capítulo aborda tanto a ascensão do KSČ na década de 1948, quanto sua estabilização na década seguinte, com o período prolongado de desestalinização.

## **2 A FORMAÇÃO DO ESTADO: INGERÊNCIA EXTERNA E O MITO NACIONAL**

Levando em conta os objetivos deste Trabalho de Conclusão de Curso, é necessário que haja um regresso no tempo histórico para além do estudado, para que sejam explicados determinados acontecimentos e sejam compreendidos alguns fatores decisivos para a tomada de rumos do Estado-Nação tchecoslovaco no período entre guerras, que, posteriormente, resultou na instalação do regime comunista em 1948. Por isso, o ponto de partida deste estudo é o antigo Império Austro-Húngaro, antes de seu desmantelamento de poder político e conseqüente desmembramento nos diversos territórios conhecidos no século XXI.

Sobre o domínio Habsburgo, é preciso compreender que se tratava da união de dois grandes impérios, o austríaco e o húngaro, ambos os detentores, muito tempo antes de unirem-se, de territórios pertencentes a nações subjugadas a seu poder. A nação tcheca fazia parte do Império Austríaco desde o século XVI, enquanto que a nação eslovaca estava sob a suserania húngara há quase um milênio. A união das duas coroas formou um espaço de interação entre tchecos e eslovacos, que possuíam alguns fatores sociais e culturais em comum, como as línguas eslavas semelhantes entre si, a religião cristã com vertentes católicas e protestantes e a cultura ocidentalizada, se comparadas ao cristianismo ortodoxo e a cultura oriental-russa dos demais vizinhos eslavos (MCDERMOTT, 2015).

Outro aspecto em comum entre tchecos e eslovacos era seu ascendente senso de identidade, que foi sendo desenvolvido ao longo do século XIX por elites intelectuais de ambos povos. Esta identificação em torno de uma língua em comum possuía, desde sua origem, nuances de anti-germanismo e anti-magiarismo, assunto que neste momento não será explorado, mas receberá sua importância nas seções seguintes. Esta percepção de pertencimento a uma nação, contudo, era mais presente entre os tchecos, na medida em que as regiões em que predominavam (Boêmia, Morávia e Silésia) eram mais desenvolvidas, industrializadas e urbanizadas se comparadas à região ocupada por eslovacos ou, até mesmo, às demais regiões do Império; o

desenvolvimento econômico local refletia diretamente na construção de uma classe de intelectuais atuante na sociedade, que era, em última instância, a responsável pela concepção deste sentimento de identificação entre falantes da mesma língua (MCDERMOTT, 2015).

A retomada do passado das nações tcheca e eslovaca pelos estudiosos em busca da sua conscientização gradual será intitulada deste momento em diante como o mito. O termo foi utilizado especificamente por líderes políticos tchecos - Tomáš Masaryk e Edvard Beneš - com o propósito inicial de despertar a consciência nacional deste povo, mas, como se explicará em maiores detalhes posteriormente, a nação eslovaca também sofreu influência do mito durante o período de formação da república tchecoslovaca (ORZOFF, 2009). Andrea Orzoff caracteriza da seguinte forma o mito:

A história transcorre assim: sob governança dos Habsburgos, os inicialmente democráticos, pacíficos e tolerantes tchecos foram violentamente reprimidos por austríacos belicosos, autoritários e reacionários, sob cujo regime a língua tcheca e sua consciência nacional quase findaram. A identidade tcheca foi resgatada por um heroico e devotado grupo de intelectuais, apelidado de os “Despertadores”, que trouxeram a nação dormente de volta à vida recriando o tcheco literário, recontando a história tcheca e fazendo reivindicações políticas em nome de uma “nação tcheca”. Jan Hus, o general hussita de um olho Jan Žižka, a União dos Irmãos Tchecos, a Batalha da Montanha Branca: essas figuras históricas e eventos dos séculos XV e XVI foram sinais emocionalmente ressonantes dentro de uma narrativa coerente de retidão moral, vitimização por alemães agressivos (ou a Igreja Católica, encarnada nos Habsburgos), e apego persistente aos presumidos valores nacionais tchecos, particularmente a “estrela polar”, a língua tcheca (ORZOFF, 2009, p. 11, tradução nossa).<sup>1</sup>

Mary Heimann (2009) aponta dois outros eventos definidores da narrativa: a Reforma Protestante (século XVI) e a conseqüente Contrarreforma (século XVII), que acabaram perdendo sua perspectiva religiosa, substituída por um tom de luta pela libertação nacional da subjugação

---

<sup>1</sup> No original: “The story goes like this: under Habsburg rule, the innately democratic, peace-loving, tolerant Czechs were viciously repressed by bellicose, authoritarian, reactionary Austrians, under whose regime the Czech language and national consciousness almost died out. Czech identity was rescued by a heroic, devoted group of intellectuals, dubbed the Awakeners, who brought the dormant nation back to life by recrafting literary Czech, retelling Czech history, and making political claims on behalf of a “Czech nation.” Jan Hus, the one-eyed Hussite general Jan Žižka, the Union of the Czech Brethren, the Battle of White Mountain: these fifteenth- and sixteenth-century historical figures and events were emotionally resonant signs within a coherent narrative of moral rectitude, victimization by aggressive Germans (or the Catholic Church, embodied in the Habsburgs), and persistent attachment to presumed Czech national values, particularly that lodestar, the Czech language.” (ORZOFF, 2009, p. 11).

estrangeira. A respeito da já citada Batalha da Montanha Branca, a autora (2009) menciona como a derrota tcheca foi tratada como uma derrota da nação, com a perda do *status* de Estado semi-independente, ainda que o acontecimento tivesse fatores religiosos e que a fuga da nobreza protestante tenha resultado na reincidente catolicização das chamadas terras da Coroa Boêmia. Estas seriam algumas das histórias que permeiam a existência dos territórios tcheco e eslovaco, ainda que estes só passassem a ser reconhecidos socialmente como nações a partir do século XIX.

O caminho percorrido por estes povos em busca da emancipação externa e independência nacional tem o seu primeiro grande desfecho em decorrência de uma série de acontecimentos que marcaram o final do século XIX e início do século XX, perpassando os momentos de despertar da consciência nacional e afloramento da cultura pátria, de luta e de emancipação. O reconhecimento da Tchecoslováquia como Estado-Nação a partir do Tratado de Paz de Versalhes em 1919 é o ápice da conquista das identidades das duas nações que compartilhavam o domínio do Império Austro-Húngaro. Ainda que esta narrativa apresente a formação do Estado-Nação como simples mérito da perseverança dos defensores da causa, mostrando uma perspectiva unicamente interna, seu conteúdo é propagandista, visando exaltar apenas a interpretação do destino das nações (HEIMANN, 2009).

O processo de emancipação foi consequência, ao mesmo tempo, da ambição dos povos tcheco e eslovaco em formar um governo autônomo e da intenção das potências vitoriosas de estabelecer uma zona tampão para conter o avanço do comunismo para o Ocidente, considerando a recente Revolução de 1917 (MCDERMOTT, 2015). Assim sendo, a primeira seção deste capítulo se deterá em uma concisa explicação da série de acontecimentos que determinaram o curso da formação da Tchecoslováquia como Estado-Nação soberano. A respectiva subseção tem como foco elucidar porque a intenção dos vencedores da guerra condicionou a repartição da Europa Centro-Oriental e derivada consolidação de variados territórios independentes. Por fim, a última seção retoma a discussão sobre o mito nacional e adentra no seu valor tanto para a Primeira República quanto para os então projetos futuros de 1948.

## 2.1 A DERROTA E O DESMEMBRAMENTO DO IMPÉRIO HABSBURGO E AS NEGOCIAÇÕES NA CONFERÊNCIA DE PAZ DE PARIS EM 1919

O Império Habsburgo de 1866 perdia em tamanho somente para o russo, englobando uma variedade de nacionalidades, como a tcheca, a húngara e a polonesa, sendo a própria dinastia de origem alemã. Apesar de estes povos adquirirem com o tempo uma cultura e um sistema econômico relativamente em comum, não havia coesão ou identidade entre os territórios aos quais pertenciam: no final das contas, o que sustentava o Império era a manutenção do poder da dinastia Habsburgo desde a Idade Média. Naquele ano, o vasto território enfrentou a primeira grande desestabilização política do século XIX com a guerra contra o reino da Prússia, considerada então a nação mais industrializada e, ao mesmo tempo, mais ambiciosa sob o domínio austríaco. Com o apoio da Itália já independente e a maioria do povo alemão sob seu comando, os prussianos declararam guerra contra o Império (WAWRO, 2014; TAYLOR, 1948).

**Figura 1 - Império Austro-Húngaro com nacionalidades representadas**



Fonte: WAWRO (2014).

Desde o fim das Guerras Napoleônicas e decorrentes acordos do Congresso de Viena (1815), a percepção de unidade do território imperial havia se mantido, apesar de seu caráter multinacional. Parte significativa desta consciência residia nas dependências alemã e italiana, que,

uma vez perdidas, forçaram a coroa austríaca basear-se no seu domínio sobre os povos eslavo, húngaro e romeno, cuja identificação de pertencimento ao Império Habsburgo esfacelava-se. O contexto de debilidade austríaca já na segunda metade do século XIX possibilitou o avanço dos húngaros ao poder, que forjaram um pacto de reconhecimento da Hungria como Reino, abarcando não somente magiares<sup>2</sup>, mas também todas as nações que viviam em seu entorno, em troca de colocar seus recursos em expansão a serviço da monarquia dos Habsburgos (WAWRO, 2014).

Ainda que os húngaros representassem uma porção pequena do Império, o pacto foi aceito na medida em que comando austríaco tentava remanejar a recente crise dividindo a administração entre duas capitais, Viena e Budapeste, e duas regiões, respectivamente a Cisleitânia e a Transleitânia - o sistema dualístico delegava a governança do leste do território aos húngaros, possibilitando maior dedicação austríaca à parte oeste. O resultado mais visível desta dualidade foi a formação de uma liderança húngara muito mais rígida do que a sua companheira austríaca, visando a “magiarização” das diversas nacionalidades sob seu comando. Este comportamento expansivo ocasionou uma Hungria de mais de 20 milhões de pessoas e um respectivo território estimado de 300 quilômetros quadrados na virada do século XX. Imaginado como a solução para a situação pós-1866, o dualismo tornou a Hungria o pior inimigo da monarquia austríaca (WAWRO, 2014; SCHUBERT, 2011). Taylor sintetiza o plano condenado do então Imperador Francisco José I: “Tanto em assuntos internos quanto estrangeiros, a hegemonia magiar era o preço que Francisco José estava disposto a pagar pela preservação de seu próprio poder; e como a hegemonia magiar provocou a destruição da monarquia Habsburgo, Francisco José foi o criador de sua própria ruína.” (TAYLOR, 1948, p. 141, tradução nossa).<sup>3</sup>

Paralelamente à união das coroas austríaca e húngara, um processo originado ainda nas primeiras décadas do século XIX evoluiu: a abertura de fronteiras entre as nações. Esta tendência de livre passagem de indivíduos pela Europa permitiu o maior acesso e conhecimento de culturas alheias aos mesmos e, no Império Habsburgo, converteu-se em um crescente distanciamento

---

<sup>2</sup> Outra forma de nomear a etnia húngara.

<sup>3</sup> No original: “In internal, as in foreign affairs, Magyar hegemony was the price which Francis Joseph was willing to pay for the preservation of his own power; and since this Magyar hegemony brought the Habsburg Monarchy to destruction, Francis Joseph was the maker of his own ruin.” (TAYLOR, 1948, p. 141).

entre os povos pertencentes a este. O certo isolamento dessas comunidades fez aflorar seu sentimento de identidade nacional através da criação de mitos e, até mesmo, da educação formal, que enfatizava a importância de sua história e sua língua. Nações como a tcheca e a eslovaca passaram a reivindicar autonomia, ainda que esta não tivesse um teor de separação completa do Império Habsburgo para seguinte formação de um Estado-Nação. Os húngaros, nesta lógica, serviam como exemplo concreto do que poderia ser alcançado com a conscientização dos povos (SCHUBERT, 2011).

Já no início do século XX, o exército imperial havia se deteriorado, com o direcionamento dos recursos para as forças armadas húngaras, graças às brechas deixadas no sistema político acordado entre as duas coroas. A condição militar não contribuía à nova ambição dos Habsburgos - o poder sobre a região dos Balcãs<sup>4</sup>. O plano consistia em tomar certos territórios antes pertencentes ao Império Otomano, alcançando novos portos no Mar Mediterrâneo; a primeira ação foi tomar e posteriormente anexar a Bósnia-Herzegovina em 1878. A Sérvia se solidificou, nestas circunstâncias, como um poder regional capaz de fazer frente ao avanço dos austríacos e lutar pela independência da região (WAWRO, 2014).

Entretanto, a nação tornou-se de fato um inimigo a ser temido pelo Império Habsburgo quando ganhou simpatizantes entre os povos eslavos subjugados pelo mesmo. Entre estes, os tchecos eram a ligação mais debilitada, cujos privilégios como nação haviam sido revogados há muitos anos e cuja subordinação aos alemães da Boêmia e da Moravia gerava seu ressentimento. Sua tentativa de alcançar iguais direitos e autonomia aos da Hungria havia fracassado, seja por seu fraco poder de barganha, seja porque se respaldava em frágeis direitos históricos da Boêmia, que, no caso húngaro, eram genuínos (WAWRO, 2014; TAYLOR, 1948).

Nos prenúncios da Grande Guerra, a Tripla Entente, formada por Inglaterra, França e Rússia, contra a Alemanha, tornou a Áustria-Hungria o único aliado viável da última. Na tentativa de angariar seu apoio, os alemães vislumbravam a destruição da Sérvia, então inimigo comum. Assim, quando da morte do príncipe Habsburgo e da prisão de um bósnio apoiador da

---

<sup>4</sup> Os Balcãs são uma península localizada no sudeste da Europa.



causa sérvia, a Alemanha viu-se conquistando indiretamente sua maior aliada na guerra. O posicionamento do Império Austro-Húngaro representou a alavanca que deu início a este conflito global (WAWRO, 2014).

A Primeira Guerra Mundial insere-se no contexto de uma Europa pacífica por aproximadamente um século. O século XIX foi marcado por guerras curtas, que envolveram poucos participantes e não tiveram alcance internacional, como foi o caso da Guerra da Criméia na década de 1850. Dessa forma, os acontecimentos entre 1914 e 1918 representaram uma anomalia da sociedade europeia daquele momento, abrangendo praticamente todos Estados do continente e decididamente todas grandes potências - Inglaterra, França, Rússia, Alemanha, Itália e Áustria-Hungria; a guerra ainda envolveu outras duas potências além-mar, Estados Unidos e Japão. Não obstante, o cunho internacional do conflito se justifica substancialmente pelas ações ocorridas no âmbito de guerra naval fora do continente (HOBSBAWN, 2003).

Diferentemente dos conflitos anteriores, cujos objetivos eram definidos, a Primeira Guerra Mundial iniciou-se sem intenções específicas por parte das potências europeias além da de derrotar os supostos inimigos. Ainda que houvesse clima de rivalidade entre estas, não existia um motivo concreto para o ingresso dos Estados na luta. Estes embasaram suas justificativas em preceitos superficiais, como o barbarismo russo e o absolutismo alemão, que, em última instância, foram essenciais para mobilizar a opinião pública e manter as forças armadas motivadas (HOBSBAWN, 2003). A decisão das Grandes Potências de deixar de lado as negociações diplomáticas e pacíficas e partir para o conflito resultou na condenação da civilização ocidental do século XIX, que, na visão de Hobsbawn:

Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral; e profundamente convencida da centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo, que seus soldados haviam conquistado e subjugado; uma Europa cujas populações (incluindo-se o vasto e crescente fluxo de imigrantes europeus e seus descendentes) haviam crescido até somar um terço da raça humana; e cujos maiores Estados constituíam o sistema da política mundial (HOBSBAWN, 2003, p. 16).

### **2.1.1 A influência dos interesses das potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial no processo de formação da Tchecoslováquia**

Antes mesmo do fim da Grande Guerra, os tchecos, representados por Tomáš Masaryk e Edvard Beneš, reivindicavam às potências pertencentes a Entente - Inglaterra, França, Rússia e Estados Unidos - a sua independência na forma de um Estado-Nação. Sua proposta se firmava no pressuposto da dissolução do Império Habsburgo ao final da guerra e consequente separação das coroas Húngara e Austríaca e, por isso, vislumbrava um ‘corredor eslavo’ que percorreria de norte a sul o que era naquele momento o território oeste da Hungria, conectando as cidades de Bratislava e Zagreb. As futuras nações autônomas, antes subjugadas ao poder imperial, iriam compor uma federação eslava. Para defender sua causa, os líderes argumentaram que o corredor serviria como contenção de uma futura expansão alemã e até de uma possível aliança entre esta e os húngaros (SCHUBERT, 2011).

A Conferência de Paz de Paris de 1919 marcou o fim da Primeira Guerra Mundial e as direções impostas a partir dela representam a percepção das potências vencedoras a respeito das Relações Internacionais no pós-guerra. O sentimento mais agudo neste momento era o receio em relação ao avanço da Rússia revolucionária, que poderia ocasionar o colapso de diversos governos considerados democráticos pelo ocidente. Ao mesmo tempo, havia a consciência em relação ao poder alemão, principalmente entre os franceses, e este deveria ser contido dentro do possível. Com isso, provava-se inconfundível a necessidade de reorganizar o mapa europeu em prol do combate as forças inimigas. Da mesma maneira, o novo desenho das fronteiras iria reorganizar as nações que antes compunham os três impérios que colapsaram neste cenário, o Habsburgo, o Russo e o Otomano. Os interesses das potências ocidentais se entrelaçaram com os convenientes movimentos nacionalistas, originando diversos pequenos Estados, que estariam satisfazendo as ambições das respectivas nações, baseadas na etnia e na língua, de se tornarem independentes. Portanto, os grandes poderes passaram a defender o direito de autodeterminação dos povos como de obter o cordão sanitário<sup>5</sup> (HOBSBAWN, 2003).

---

<sup>5</sup> O termo possui tom metafórico, pois se refere a uma política de contenção do avanço de uma ideologia indesejada.

**Figura 2 - Desmembramento do Império Habsburgo**



Fonte: WAWRO (2014).

Durante a conferência, as reivindicações tchecas foram rerepresentadas por Beneš. Apesar do discurso de luta por autonomia do povo tcheco, o líder mostrava uma visão desrespeitosa e enganosa quanto à diversidade demográfica do território pretendido; ao mesmo tempo em que declarava um número superior de tchecos habitantes, ignorava a grande população de alemães e magiares residentes da região, que definitivamente não se tratavam de minorias. Neste contexto, o único Estado a considerar inicialmente a proposta tcheca foi a França, que vislumbrou o ‘corredor eslavo’ como forma de estabelecer uma barreira física para conter futuras investidas alemãs nas fronteiras. Na percepção dos britânicos, as intenções dos líderes tchecos se colocavam além do estabelecimento de Estados autônomos e independentes e, em última instância, poderiam representar a construção de uma nova força expansionista, a exemplo da Alemanha. Quanto aos Estados Unidos, estes estavam de acordo com as demandas dos futuros Estados, exceto a do ‘corredor eslavo’ (SCHUBERT, 2011).

A destruição do poder alemão era pré-requisito para a independência da França. Desse modo, os franceses viam a Tchecoslováquia como um aliado na Europa Centro-Oriental, mas, antes de tudo, previam que o novo Estado iria servir como zona tampão para conter o avanço dos

alemães assim como posteriormente a investida dos bolcheviques russos. Aumentando o campo de visão e pensando no desmembramento do Império Habsburgo, as potências vitoriosas optaram por apoiar a construção de uma série de pequenos Estados, com características ocidentais de democracia e liberalismo, entre as antigas fronteiras austro-húngaras. Os aliados acreditavam que a estratégia resultaria em estabilidade para a região, contendo aspirações alemãs e húngaras e apaziguando os desejos de independência das populações eslavas (HANÁK, 1989; HEIMANN, 2009).

O Tratado de Trianon, de 04 de junho de 1920, foi aquele responsável, no âmbito das negociações do pós-guerra, pela extinção do Império Habsburgo e posterior reorganização de sua extensão territorial entre as várias nações que reivindicavam sua independência. Grandes porções de terra antes pertencentes à Hungria foram divididas entre a Romênia, a Iugoslávia e a Tchecoslováquia, novos países no cenário da Europa Centro-Oriental, que, agora, contavam com minorias húngaras significativas. As minorias étnicas, não somente húngaras, eram consequência intencional do processo de consolidação de diversas nações em Estados, resultado da decisão das potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial de enfraquecer os inimigos recém-derrotados. Fica clara a ironia presente na intenção dos Estados vitoriosos quando se constata que, apesar da criação das novas fronteiras ser justificada pela autonomia reivindicada pelas nações subjugadas pelo Império Habsburgo, tchecos e eslovacos somavam somente um pouco mais de 60% na composição étnica da Tchecoslováquia, sendo que as minorias representavam mais de 30% da população e portanto eram qualificadas desta forma apenas em termos políticos (SCHUBERT, 2011; KREJCÍ; MACHONIN, 1996).

Ainda que a reivindicação dos líderes do recém-criado Estado fosse a independência das nações tcheca e eslovaca, o objetivo final de debilitar seus adversários conduziu as potências triunfantes a desenhar os limites territoriais a partir de um critério distinto, considerando as fronteiras históricas da região da Boêmia no lado oeste e questões puramente estratégicas no lado leste, fazendo com que 700 mil magiares fossem incorporados à nova nação eslovaca. A última fronteira foi delimitada com a incorporação da Rússia Subcarpática, negociada com os representantes rutenos (KREJCÍ; MACHONIN, 1996).

A Tchecoslováquia como nação independente e unificada, com seu poder político e econômico centralizado era antes um desejo tcheco do que eslovaco. Nessa lógica, a aliança entre estes dois povos não era tão definitiva como poderia parecer no momento de reivindicação de autonomia em meio aos acordos ao final da Grande Guerra. Por representar a parte menos favorecida, a Eslováquia desejava certa emancipação do poder central para a construção de sua própria identidade como nação, ainda que esta alternativa não fosse unânime entre os representantes políticos. Ao mesmo tempo, existiam vantagens na união política para ambos os lados. Os tchecos eram uma força necessária no combate eslovaco de possíveis tentativas dos magiares de retomarem territórios antes em sua possessão. Do mesmo modo, as altas taxas de nascimento na Eslováquia eram substanciais para manter o número de população tchecoslovaca muito acima da minoria germânica e, conseqüentemente, enfraquecer o poder político desta nação (KREJČÍ; MACHONIN, 1996).

Desse modo, a união de tchecos e eslovacos em torno da construção de um Estado-Nação em comum teve de ser acordada, fato que se deu em 30 de maio de 1918, em Pitsburgo, Estados Unidos, na presença do futuro presidente, Tomáš Masaryk. Nas condições estabelecidas, o território eslovaco receberia um sistema administrativo próprio e a utilização da língua nativa seria respeitada e tratada como oficial. A Tchecoslováquia foi declarada independente em 28 de outubro de 1918 e foi reconhecida internacionalmente, durante a Conferência de Paris, no começo de 1919. O território que lhe foi concedido era composto por cinco regiões antes pertencentes ao Império Habsburgo - a Boêmia, a Morávia, a Silésia, a Rutênia Subcarpática e a Hungria Superior – este último território foi renomeado Eslováquia. As três primeiras regiões eram legado da antiga Áustria, enquanto que as duas últimas foram herdadas da Hungria (KREJČÍ; MACHONIN, 1996; HEIMANN, 2009).

## 2.2 A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO TCHECOSLOVACO ATRAVÉS DO MITO NACIONAL: DE TOMÁŠ MASARYK A KLEMENT GOTTWALD

Como já foi explicado, a Tchecoslováquia como Estado-Nação era produto da afluência de interesses entre um movimento interno, coordenado por líderes tchecos, e uma dinâmica externa, ditada pelos vencedores da Primeira Guerra Mundial. Constata-se que a ingerência

externa na conquista de autonomia de tchecos e eslovacos resultou na falta de identificação e coesão do povo. A influência da dinâmica do SI no processo criou um território repleto de minorias que de fato não eram minorias e pouco se reconheciam como integrantes da nação, e promoveu um governo centralizado em Praga, que pouco refletia o interesse do que supostamente seria a metade da população, a Eslováquia (MCDERMOTT, 2015).

Sendo assim, para a construção e a manutenção do projeto de Estado autônomo, a propaganda foi elemento essencial. Anteriormente a 1918, Tomáš Masaryk e Edvard Beneš, respectivamente futuros presidente e ministro das relações exteriores, respaldaram a causa de independência do povo tcheco utilizando-se do mito nacional como justificativa. De acordo com o mito, os tchecos teriam sofrido sob o poder da coroa austríaca e sua consciência como nação quase se perdeu em meio à subjugação. Para apoiar o empreendimento, assim como em diversos outros países da Europa Centro-Oriental, os representantes fundaram uma diplomacia cultural que se baseava no discurso europeu ocidental. De acordo com este discurso, a Tchecoslováquia seria uma nação dotada de diversas qualidades que a aproximam dos grandes poderes, como o racionalismo, a democracia, a tolerância e a eficiência. A diplomacia cultural foi essencial no momento de angariar apoio, principalmente dos franceses e americanos e, em alguma medida, dos ingleses também (ORZOFF, 2009).

### **2.2.1 1918 - 1938: O Mito Nacional como ferramenta de coesão social em um Estado multinacional**

Após a formação do Estado-Nação, o mito se perpetuou através de uma Tchecoslováquia apresentada como singular em contexto de autoritarismo e fascismo, se destacando pela racionalidade e democracia de sua governança. Sob a autoridade de dirigentes tchecos, o poder político do país era tolerante quando a diversidade de nacionalidades, línguas e religiões advinda das diferentes regiões que formavam o território, fazendo de cada cidadão um tchecoslovaco, ainda que este não tivesse interesse de o ser. A política do país era personificada no presidente Masaryk, através do culto a sua imagem, que atribuía a sua pessoa um caráter benevolente e paternal e uma moral exemplar (ORZOFF, 2009). McDermott sintetiza o pensamento: “A

Primeira República, assim sendo, era convencionalmente considerada um refúgio de progresso nacional, uma verdadeira ‘ilha da democracia’ em meio a um mar de totalitarismo colérico” (MCDERMOTT, 2015, p. 05, tradução nossa).<sup>6</sup>

Uma ferramenta eficaz na propaganda foi o chamado ‘Castelo’: o grupo informal era formado pelo presidente Masaryk, o ministro Beneš e variados intelectuais apoiadores do governo, que entendiam a propaganda como forma de educação civil; tinha como objetivo manobrar a política nacional fora dos meios convencionais, como o Parlamento. A arte deste grupo foi manipular ambos mito nacional e história da Primeira República como se os dois fossem parte da mesma trama. O processo de construção e propagação da narrativa também foi essencial, na medida em que não apresentou rigidez, mas foi criativo e livre para transformações. Cada ramificação do mito podia ser explorada por diferentes apoiadores do ‘Castelo’, sendo que diversos indivíduos que não compunham o grupo utilizavam-se do mito para seus próprios propósitos (ORZOFF, 2009).

Ainda que a democracia servisse como fundamento do mito durante a Primeira República, sua valia em âmbito internacional era muito maior. A propaganda da Tchecoslováquia democrática era a representação do sucesso da ordem imposta pela Conferência de Paris. Nessa lógica, se as instituições nacionais esfacelassem, trariam a ruína do sistema de paz estabelecido no pós-guerra pelos Estados vitoriosos; mais do que isso, poderia acarretar em expansão da revolução comunista, iniciada na Rússia em 1917. Esta não era a primeira vez que as potências utilizavam-se da propaganda com os fins que implica: convencer pessoas sobre uma visão específica. De fato, as potências, de ambos os lados da Grande Guerra, utilizaram-se da propaganda, inclusive na forma cinematográfica, para angariar apoio ao seu lado do conflito, seja de Estados neutros seja de sua própria população, que lutava pela manutenção da autonomia do território nacional (ORZOFF, 2009).

Não obstante, as condições reais de 1918 em diante eram muito distintas da propaganda do mito nacional. Apesar da igualdade política em teoria, havia desequilíbrios econômicos e políticos entre o que eram consideradas as duas principais nações deste Estado, os tchecos e os

---

<sup>6</sup> No original: “The First Republic, therefore, was conventionally regarded as a haven of national progress, a veritable ‘island of democracy’, in the middle of an angry totalitarian sea.” (MCDERMOTT, 2015, p. 05).

eslovacos. Não muito diferente da dominação Húngara, a liderança tcheca intencionalmente limitava o espaço de atuação e os instrumentos necessários para a população eslovaca se desenvolver e, conseqüentemente, participar das decisões de governo. O conceito de uma Tchecoslováquia unitária em nação e língua, defendido pelo presidente Masaryk, além de não ser possível no contexto de diversidades societárias, alienava os eslovacos de suas características como nação singular, resultando em tensão constante entre estes e os tchecos (KREJČÍ, 1972; MCDERMOTT, 2015).

A forma como a Revolução Industrial afetou os tchecos foi muito distinta dos eslovacos. Aqueles tiraram maiores proveitos, desenvolvendo um ritmo mais acelerado de desenvolvimento, que, posteriormente, resultou na grande disparidade entre as duas nações. Os eslovacos eram considerados menos industrializados e urbanizados; logicamente, estes atrasos repercutiam em outros elementos, como educação, envolvimento político e consciência nacional, que se mostravam menos trabalhados se comparados àqueles dos tchecos. Ainda que alguns fatores mantivessem as sociedades aproximadas entre si, como semelhanças em cultura, religião e língua, tratando-se de progresso nacional, os tchecos mostravam-se mais evoluídos (KREJČÍ; MACHONIN, 1996).

A variedade de nacionalidades, seus interesses, objetivos e expectativas políticas, econômicas e sociais geravam dificuldade de governança na recém-criada Tchecoslováquia, não muito diferente do que ocorria no antigo Império Austro-Húngaro. Algumas atitudes foram tomadas da parte da administração estatal para preservar a identidade dos diversos povos e, dessa maneira, tentar estabilizar a vida pública. A lei do idioma de 1920 permitia a utilização da língua própria de um grupo, desde que este representasse 20% ou mais da comunidade que integrava. Quanto aos eslovacos, estes não representavam minoria civil e, portanto, tecnicamente já recebiam os mesmos benefícios que os tchecos. Entretanto, a governança tinha consciência das diferenças socioeconômicas entre as duas nações. Para tentar atenuar a desigualdade, foram encaminhados ao território eslovaco professores, doutores e administradores, com o propósito de elevar os níveis econômicos e sociais daquela região (MCDERMOTT, 2015).



### **2.2.2 A retórica comunista e a retomada dos ideais da Primeira República**

A conexão entre o mito nacional e a diplomacia europeia racional e prática foi o motivo da duração do primeiro em diferentes cenários internos e externos. Com a invasão e o protetorado alemão em 1938, o mito passou a ter cunho vitimista: os tchecos, e não mais tantos os tchecoslovacos (como mais adiante será explicado) eram vítimas de sua geografia e dos interesses estratégicos que desta se originavam. O Acordo de Munique, neste contexto, representava a primeira e maior traição por parte das potências aliadas, que violaram a soberania do Estado sem mesmo este estar presente na conferência para defender-se. O fato das supostas minorias húngara e germânica e, até mesmo, dos compatriotas eslovacos endossarem o protetorado alemão confirmava a posição de vítimas em que os tchecos se encontravam (ORZOFF, 2009).

Logo, o plano de ascensão do comunismo ao poder não se firmava apenas em práticas políticas, mas muito se baseava nos discursos sociais e culturais. Estes visavam restaurar a autoconfiança da população que havia sofrido com a Segunda Guerra Mundial e com a invasão alemã, bem como a confiança e a crença nos representantes políticos, que haviam, se não permitido, facilitado os acontecimentos que destruíram a Tchecoslováquia entre 1938 e 1945. Os comunistas aproveitaram-se do contexto do pós-guerra para fundir seu discurso à defesa do nacionalismo e do patriotismo, exacerbando a discurso anti-germânico já existente. Assim, sua campanha era de uma revolução pacífica, nacional e democrática, valores que faziam parte do imaginário tchecoslovaco desde a Primeira República, ou seja, os comunistas moldaram o mito nacional de forma a servir a seus propósitos, utilizando-se de símbolos históricos da criação do Estado e estabelecendo uma continuidade entre o projeto da Primeira República e o seu próprio (MCDERMOTT, 2015).

Ainda que pareça contraditório, as críticas ferrenhas à Primeira República e a associação ao antigo presidente, Tomáš Masaryk, e aos valores que defendeu tinham o mesmo propósito: alavancar a popularidade do KSČ. Neste caso, os julgamentos feitos sobre o governo entre guerras diziam respeito a facilidade com que entregaram a soberania do Estado, as alianças enganosas que conduziram aos resultados do Acordo de Munique e a falta de perspicácia para lidar com as múltiplas nacionalidades presentes em território nacional. Ao mesmo tempo, apesar

de Masaryk ter se declarado contra o socialismo, os comunistas tentaram vincular-se a imagem do presidente através de sua característica em comum, o olhar para os trabalhadores e a grande massa. Apoiar-se no mito da democracia para todos e do nacionalismo construído pelo presidente e seus apoiadores e o culto construído em torno de sua figura era necessário para alcançar a aprovação daqueles indivíduos que não possuíam qualquer identificação com a retórica comunista, mas defendiam os direitos de soberania e liberdade do seu Estado-Nação (ORZOFF, 2009).

### 3 O IMPACTO DO ACORDO DE MUNIQUE NA SOCIEDADE TCHECOSLOVACA

No decorrer da década de 1930, a paz estabelecida ao final da Grande Guerra começou a perder credibilidade. Dois fatores foram cruciais para que os Estados europeus começassem a duvidar que uma nova guerra pudesse ser evitada: a Grande Depressão de 1929, que atingiu o continente sem exceções, e a ascensão dos regimes de extrema direita, de diretrizes fascistas e nazistas. Dentre os governos totalitários, o de Adolf Hitler configurava-se como a maior ameaça para a Tchecoslováquia, considerando suas fronteiras e sua significativa população germânica, cujas reivindicações nacionalistas intensificavam-se proporcionalmente a força política do Terceiro Reich. A intensidade com que a indústria dos sudetos alemães foi atingida pela Grande Depressão contribuiu para o crescimento das suas aspirações separatistas e, conseqüentemente, surgimento de grupos políticos dispostos a lutar por esta causa (ORZOFF, 2009).

Após 20 anos vividos sob a democracia e a liberdade da Primeira República, tchecos e eslovacos tiveram de abdicar de sua independência e autonomia na forma de Estado-Nação em prol do ‘bem maior’: a contenção da ofensiva alemã comandada por Hitler e a tentativa de evitar o início de uma segunda guerra mundial. A progressiva perda de soberania e coesão (se considerados os efeitos decorrentes da efêmera emancipação dos eslovacos) da Tchecoslováquia era um pequeno preço a se pagar pelas potências ocidentais para frear as ambições do Terceiro Reich. Apesar de serem seus aliados mais valorosos, França e Inglaterra participaram das negociações do Acordo de Munique (1938), que deliberadamente excluíram a presença da Tchecoslováquia. Com a entrega da região dos sudetos, esperavam refrear o crescente comportamento bélico e expansivo da Alemanha (MCDERMOTT, 2015).

O resultado da ingerência externa foi uma década conturbada para a Tchecoslováquia. Entre 1938 e 1948, o Estado vivenciou múltiplas formas de governança, a breve e autoritária Segunda República, o protetorado nazista da Segunda Guerra Mundial, a Frente Nacional comandada pelos partidos de esquerda e, por fim, a tomada de poder pelos comunistas. O legado deixado pelo Acordo de Munique e pela guerra continental - de perda de soberania e liberdade, de rompimento com a democracia e com os tradicionais aliados, de aproximação com a URSS e com os ideais comunistas, de eliminação de camadas sociais e etnias e de concentração e nacionalização das indústrias - produziu uma transformação na forma de pensar da sociedade

tchecoslovaca. Somente este contexto de múltiplos choques e modificações da estrutura interna do país foi capaz de produzir o efeito único de ascendência do comunismo na Tchecoslováquia (MCDERMOTT, 2015).

### 3.1 A ASCENSÃO DE HITLER AO PODER ALEMÃO E O TERCEIRO REICH: O INTERESSE PELOS SUDETOS ALEMÃES E OS PRECEDENTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Os vinte anos que se seguiram após a independência tchecoslovaca foram marcados por instabilidade das fronteiras - em destaque os sudetos alemães, terras que pertenciam ao novo Estado-Nação, mas que eram ocupadas majoritariamente por alemães que não se sentiam pertencentes a Tchecoslováquia. A incorporação da região ao território nacional se deu através de força militar e o governo da Primeira República nunca chegou a reconhecer o direito de autodeterminação germânico, tratando a população alemã como minoria, ainda que esta ultrapassasse os eslovacos em quantidade durante as primeiras décadas de autonomia do Estado. Para agravar a situação, quando a Grande Depressão atingiu os países europeus, as indústrias dos sudetos sofreram o impacto sem poder contar com maiores auxílios da capital. Portanto, no momento de ascensão do Terceiro Reich na Alemanha, a grande maioria dos sudetos passou a apoiar os partidos de extrema direita ligados a este poder (MCDERMOTT, 2015).

**Figura 3 – Delimitação aproximada da região dos sudetos**



Fonte: LUKES (1996).

A relação entre tchecos e alemães era conturbada ainda no período de dominação do Império Austro-Húngaro. Grande porção de ambos os povos dividiam o mesmo espaço, todavia, enquanto tchecos eram subjugados pelo governo Habsburgo, os alemães faziam parte do comando político. Por isso, quando à nação tcheca foi atribuída soberania de Estado e a este território nacional foi entregue a região dos sudetos, reivindicada como parte do processo de sua autodeterminação, o comando político que assumiu tomou as medidas necessárias para que os alemães não retornassem ao poder, nem mesmo fossem admitidos cidadãos com os mesmos direitos dos tchecos e eslovacos - a nação alemã era uma minoria fictícia, tratada assim com um propósito, considerando sua dimensão populacional. Dentre as medidas governamentais mais radicais de dominação dos alemães, encontra-se a abolição de seus títulos de aristocracia e destituição de suas propriedades territoriais. Uma vez destituídas suas posses, elas foram redistribuídas entre tchecos e eslovacos. Superficialmente, a atitude possuía características igualitárias e progressistas, na medida em que a economia mundial não pertencia mais a nobreza. Entretanto, o fim único tratava-se de transferir riqueza e poder dos alemães para as duas nações eslavas (HEIMANN, 2009).

Em 16 de março de 1935, a Alemanha, contrariando as cláusulas de paz estabelecidas pelo Tratado de Versalhes, declarou para a comunidade internacional que havia voltado a se rearmar. A especulação a respeito de quanto avançada a produção de armas se encontrava provocou tensão entre as potências europeias, que pela segunda vez observavam o poder germânico sair do seu controle. Na tentativa de estabelecer uma aliança útil em meio ao cenário que se desenhava, franceses e russos acordaram um tratado de mútua assistência em 02 de maio de 1935, que foi seguido por um acordo semelhante entre a Tchecoslováquia e a URSS em 16 de maio de 1935. O resultado imediato obtido pelo Estado eslavo com a aliança soviética foi pouco favorável, aumentando as hostilidades internas de segmentos da sociedade insatisfeitos, e as externas da parte da Alemanha, da Polônia e da Hungria (HEIMANN, 2009).

A oposição interna enfrentada pelo governo de Praga foi intensificada com a renúncia de Tomáš Masaryk, que já se encontrava em idade avançada e com problemas de saúde, do cargo de presidente em 21 de novembro de 1935. Com sua saída da presidência, havia esperança de mudanças na liderança política do Estado através da eleição de um presidente de nação distinta. Não obstante, Edvard Beneš, então Ministro das Relações Exteriores e sucessão lógica de Masaryk, aliou-se ao bloco de partidos nacionalistas húngaros (com promessas de descentralizar o comando) em busca de números para sua campanha e venceu as eleições. Com isso, mais uma vez perpetuaram-se os interesses do grupo que se encontrava no poder desde 1918 (HEIMANN, 2009).

Em março de 1936, mais uma vez ultrapassando os limites impostos pelas potências vencedoras através do Tratado de Paz de Paris, a Alemanha de Hitler reocupou a zona desmilitarizada da Renânia, fronteira francês-alemã. O avanço territorial das tropas alemãs mostrava a fraqueza da aliança ocidental, na medida em que a França não foi socorrida pela Inglaterra, sem que o motivo tenha sido compreendido. Ao mesmo tempo, a reocupação trouxe a tona o receio de a Tchecoslováquia perder seu *status* de Estado-Nação, o que conduziu o governo a elaborar um plano que o permitiria suspender a Constituição Nacional e decretar Estado de guerra, protegendo suas fronteiras militarmente. Atitude esta que se posicionava como defensiva soou como ofensiva entre a população germânica do território tchecoslovaco (HEIMANN, 2009).

O interesse alemão pela anexação dos sudetos - de acordo com o *Mein Kampf*, um de seus principais objetivos políticos como futuro líder do Estado - só tornou-se significativo a partir do momento que Adolf Hitler ascendeu ao poder. A incorporação da região ao território alemão tinha como fim desestabilizar e, secundariamente, destruir uma das nações aliadas da França na Europa Oriental, na medida em que a própria destruição da nação francesa dependia da falta de aliados que pudessem prestar socorro em meio à guerra. A anexação dos sudetos alemães servia como pretexto para a estratégia de guerra contra a França, uma vez que a propaganda alemã era de defesa de autodeterminação dos povos e, portanto, a incorporação dos sudetos significava a

libertação da minoria alemã em relação a um governo que não a representava (RAGSDALE, 2004).

Os sudetos finalmente tornaram-se objetivo concreto do Terceiro Reich após dois acontecimentos: em 20 de fevereiro de 1938, Hitler discursou sobre sua missão de proteger toda população alemã da Europa e, em 13 de março do mesmo ano, houve a união deste Estado com a Áustria, contrariando uma vez mais os estabelecimentos do Acordo de Paz de 1919. Em 24 de abril de 1938, compreendendo a vantagem em que os sudetos encontravam-se, Karlovy Vary, um dos expoentes políticos da região, posicionou-se publicamente com um discurso reivindicando autonomia legal para os alemães da Tchecoslováquia. Esta sequência de acontecimentos gerou a seguinte situação: França e Inglaterra, temendo a escalada de tensões, passaram a demandar que o comando em Praga aceitasse as reivindicações dos sudetos; Beneš, temendo uma possível invasão do território nacional pelo exército nazista, ordenou mobilização parcial das forças armadas. Em 21 de março instalou-se uma crise de nível continental, na qual a provocação injustificada por parte da Tchecoslováquia culminou em enfraquecimento de sua aliança com os grandes poderes e em aumento das hostilidades por parte da Alemanha (HEIMANN, 2009).

### 3.2 O ACORDO DE 1938: INTERESSES, NEGOCIAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS

A chamada ‘crise de maio’ ocorrida em 1938 não contribuiu em nada para a causa de defesa da soberania da Tchecoslováquia no cenário internacional. De fato, alguns meses adiante, Hitler pronunciou-se a respeito da ameaça de Praga direcionada aos sudetos, declarando que o ato justificava uma invasão completa do território nacional por tropas alemãs. Nesse contexto, não havia muito mais o que barganhar da parte das potências ocidentais, e estas, temendo a iminência de uma segunda grande guerra, propuseram reunir-se com o comando do Terceiro Reich para decidir o futuro da Tchecoslováquia, sem que, todavia, esta estivesse presente. Em uma tentativa de apaziguar as ambições crescentes de Hitler, França, Alemanha, Inglaterra e Itália acordaram entre si a entrega da região de interesse para os alemães, o que acarretou a perda de aproximadamente um terço do território e da população tchecoslovacos. Nos termos do Acordo de Munique, assinado em 30 de setembro de 1938, a Alemanha se apossou da região dos sudetos, desmembrando o território da Tchecoslováquia e violando sua soberania (HEIMANN, 2009; ORZOFF, 2009).

Entre os signatários do Acordo de Munique, estavam dois dos maiores aliados da Tchecoslováquia responsáveis pela sua independência, França e Inglaterra. A ironia do evento de setembro de 1938: o futuro do recente Estado-Nação estava sendo decidido, mas os próprios representantes do mesmo não foram convidados a participar, à decisão da conferência não cabia a aprovação da liderança tchecoslovaca e, em última instância, nada mais era do que o abandono de um aliado e dos seus direitos de autodeterminação em função da reversão de uma guerra iminente. A conferência revelou a dificuldade e, por muitas vezes, falta de iniciativa das potências ocidentais unirem-se para enfrentar o avanço das ambições alemãs; ao mesmo tempo, também revelou o medo sentido pelos países da economia liberal de entrar em guerra contra os ascendentes governos totalitários (MLYNÁRIK, 1989; HOBBSAWN, 2003).

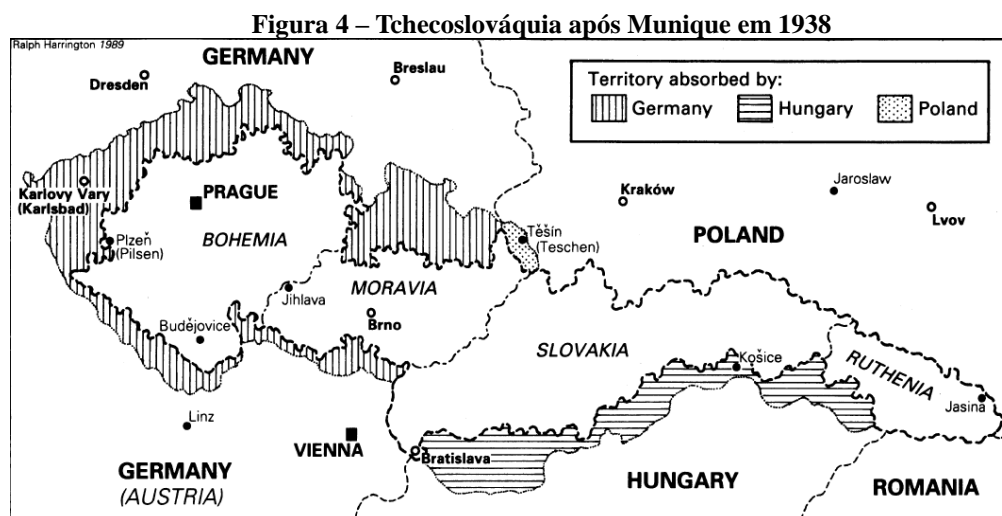
A assinatura do Acordo de Munique pelas potências aliadas da Tchecoslováquia, igualmente, revelou que as percepções de Hitler estavam corretas. Este, antes de anunciar publicamente suas intenções a respeito dos sudetos alemães, havia exposto as mesmas para o alto comando político de seu governo, que se posicionou contra as manobras expansionistas do líder, acreditando que, uma vez que França e Inglaterra se colocassem em defesa do Estado eslavo, a Alemanha seria derrotada. Não obstante, a opinião de Hitler era outra, de que no final das contas a Tchecoslováquia não seria protegida pelas potências ocidentais e, por isso, seguiu com o seu plano. De fato, o Acordo de Munique representava para a França e a Inglaterra a chance de perpetuação da paz, mesmo que acarretasse a entrega da soberania de um aliado. Enquanto que para Hitler significava vitória, em relação tanto ao seu comando político quanto aos grandes poderes. A entrega dos sudetos, cujo poder militar era o maior dentre os pequenos poderes, à Alemanha provava a Hitler que as potências não iriam entrar em guerra por nenhum outro aliado, dando a confiança necessária para seguir com seus planos expansionistas (HART, 1970).

Entre os adendos ao acordo, é preciso mencionar aquele em que França e Inglaterra responsabilizaram-se por defender as novas fronteiras de possíveis agressões externas. Apesar de assumirem este dever para com a Tchecoslováquia, a perda dos sudetos representava para o Estado uma grande carência na sua capacidade de segurança internacional, isto porque não



somente a região era rodeada de montanhas que serviam como defesa natural, mas também era perpassada por uma linha de fortificação de fronteiras estilo *Maginot*<sup>1</sup>, cujo papel era defender o território nacional contra ataques da Alemanha. A perda dos sudetos representava ainda a perda de seu parque industrial, que representava grande porção das indústrias de produção bélica do território nacional, outro motivo para o enfraquecimento do sistema de segurança do Estado (HEIMANN, 2009).

Outro adendo relevante ao assunto menciona que a questão das minorias polonesas e húngaras deveria ser resolvida pelo governo de Praga em até três meses. No contexto de crise, a Hungria e a Polônia passaram a reivindicar territórios disputados desde o desmantelamento do Império Habsburgo. O sul da Eslováquia, a Rutênia e o norte da Silésia foram concedidos a estes dois Estados. Edvard Beneš, então presidente da Tchecoslováquia, junto ao parlamento, compreendeu que a aceitação seria a melhor escolha política frente a uma guerra que se iniciava, já que Inglaterra e França deixaram claro que não iriam prestar ajuda caso o Estado não aceitasse as condições e decidisse lutar. Três semanas depois, já tendo resignado ao posto em 05 de outubro, o presidente se exilou em Londres (ORZOFF, 2009).



Fonte: Stone; Strouhal (1989).

<sup>1</sup> A linha *Maginot* foi concebida pelos franceses, durante a década de 1930, para atrasar uma invasão alemã, após a experiência da Primeira Guerra Mundial. Tratava-se, assim, de uma força defensiva (HOUSE, 2008).

O então presidente Beneš já havia compreendido em sua viagem para a URSS em 1935, que a fortificação da aliança com o vizinho comunista teria se transformado em perda de suporte recebido da Europa Ocidental, fazendo-o manter certa distância diplomática do Estado. Apesar das relações com a URSS não serem tão fortes quanto as com a França, a atitude daquele país frente à situação de iminente invasão da Tchecoslováquia pelas tropas nazistas foi muito mais positiva do que as decisões tomadas pelas potências ocidentais, o que conduziu a um estreitamento de relações entre estes dois Estados a partir de 1938. A princípio, as expectativas soviéticas eram de que se houvesse guerra entre tchecoslovacos e alemães, a França e, possivelmente, demais aliados iriam intervir em auxílio dos primeiros. Firmado o acordo de Munique, apesar das intenções, não houve tempo viável para que as tropas soviéticas fossem enviadas para a Tchecoslováquia. Grande parte das fronteiras com a Alemanha ainda não haviam sido fortificadas e, portanto, o Estado invadido não tinha capacidade de segurar o avanço da ocupação a tempo da URSS intervir militarmente (LUKES, 1996; HEIMANN, 2009).

Apesar de a Tchecoslováquia ser o Estado obviamente mais afetado, a Europa como um todo sofreu com as consequências do Acordo de Munique. A Polônia inicialmente tirou proveito da situação para reivindicar territórios fronteiriços e não se deu conta de que, tomado o vizinho eslavo, a próxima vítima do expansionismo do Terceiro Reich era ela mesma. Assim que a Polônia capitulou, os Franceses, que haviam abandonado a aliança com a Tchecoslováquia em prol de sua própria segurança e integridade, restaram sem nenhum aliado continental para auxiliar quando a Alemanha resolvesse investir contra o seu território. Para piorar a situação francesa, Hitler utilizou-se da destacável indústria bélica de seu protetorado para produzir parte expressiva do armamento empregado nos combates contra a nação vizinha. Mensurando as repercussões de 1938, fica evidente a crise que o Acordo de Munique representou para a história do século XX (RAGSDALE, 2004).

Por fim, a consequência de maior impacto para o continente foi o princípio da Segunda Guerra Mundial. Ainda que o Acordo de Munique não tenha sido o único condicionante da maior guerra do século XX, ele foi fator decisivo. As decisões tomadas em 1938 permitiram o avanço

das tropas alemãs sem nenhum combate ou plano de contingência, destruindo aos poucos as alianças uma vez existentes entre seus inimigos. Hugh Ragsdale sintetiza o pensamento:

Hitler usou a alegação plausível de autodeterminação dos povos para exigir e alcançar a anexação - sem guerra - dos 3,5 milhões de alemães dos sudetos na Tchecoslováquia, um Estado de aproximadamente 12 milhões de pessoas, principalmente eslavos. Ele, dessa forma, tomou posse da fronteira montanhosa fortificada ao longo dos limites entre a Alemanha e a Tchecoslováquia e tornou indefensável a barreira anteriormente mais imediata - e mais formidável - à sua planejada tomada da Europa Oriental. A Tchecoslováquia e seus aliados, a França e a União Soviética, podiam reunir uma força militar combinada seis ou sete vezes maior do que a da Alemanha na época, mas as exigências públicas de Hitler foram atendidas sem luta. Se a luta tivesse ocorrido em setembro de 1938, dadas tanto as probabilidades contra uma vitória alemã quanto a perspectiva de uma conspiração efetiva contra Hitler dentro do alto comando alemão - alguns de seus generais planejavam atacá-lo se a guerra eclodisse naquela época - a Segunda Guerra Mundial como conhecemos, simplesmente poderia não ter acontecido. O exército tcheco implorou para lutar, mas o presidente tcheco Edvard Beneš capitulou. Abandonado por seus aliados franceses, ele temia que os soviéticos não o ajudassem sem o apoio da França, que a República da Tchecoslováquia ficaria sozinha para enfrentar a Wehrmacht contra chances impossíveis (RAGSDALE, 2004, p. xix, tradução nossa).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> No original: “Hitler used the plausible claim of self-determination of peoples to demand and achieve annexation – without war – of the 3.5 million Sudeten Germans in Czechoslovakia, a state of approximately 12 million people, chiefly Slavs. He thereby took possession of the fortified mountain frontier along the border of Germany and Czechoslovakia and rendered indefensible the previously most immediate – and most formidable – barrier to his planned takeover of Eastern Europe. Czechoslovakia and its allies, France and the Soviet Union, could muster a combined military force six or seven times larger than that of Germany at the time, yet Hitler’s public demands were met without a fight. If the fight had occurred in September 1938, given both the odds against a German victory and the prospect of an effective conspiracy against Hitler inside the German high command – some of his generals planned to attack him if war broke out at that time – World War II as we know it simply could not have happened. The Czech army begged to fight, but Czech President Edvard Beneš capitulated. Forsaken by his French allies, he was afraid that the Soviets would not assist him without French support, that the Czechoslovak Republic would be left to face the Wehrmacht alone against hopeless odds.” (RAGSDALE, 2004, p. xix).

### 3.3 A PROGRESSIVA PERDA DE AUTONOMIA TCHECA E O ESTADO ESLOVACO

Heimann (2009) elucida a importância de se entender a tão pouco pesquisada Segunda República, breve período de governo entre o Acordo de Munique em setembro de 1938 e a transformação do Estado tchecoslovaco em protetorado alemão em março de 1939. Estes seis meses foram suficientes para transformar uma Tchecoslováquia consagrada durante vinte anos por sua democracia em um Estado autoritário, antes mesmo que suas atitudes pudessem ser decorrentes da influência e do poder alemães. Os líderes tchecos, entretanto, estavam sob pressão do Terceiro Reich e gradativamente modificaram o sistema político de acordo com a visão de um único partido, o que conduziu a maior exposição dos pensamentos de extrema direita, ainda que estes não fossem pouco aceitos pela grande massa. Além do crescente comportamento fascista, a Segunda República também foi marcada pelo princípio da separação política entre tchecos e eslovacos, sendo o Estado renomeado como Tcheco-Eslováquia para representar a autonomia desejada e conferida aos últimos.

O comando da política passou a pertencer ao recém-criado Partido da Unidade Nacional, o que, logicamente, conduziu o partido comunista à ilegalidade e as restantes vertentes esquerdistas à formação de um partido que supostamente representaria a oposição, o Partido Trabalhista Nacional. O governo passou a ser comandado por decretos, a manipular as eleições, a perseguir seus oponentes e promover políticas raciais, perseguindo ciganos e judeus (MCDERMOTT, 2015; HEIMANN, 2009). Nesse sentido, a Segunda República deve ser mencionada neste Trabalho de Conclusão de Curso para que tendências possam ser compreendidas, como Heimann explica:

A Segunda República nos mostra o que as variações eslovaca, rutena e tcheca nos temas europeus contemporâneos do antissemitismo e do fascismo se pareciam na época e sugere como elas poderiam ter se desenvolvido se a Alemanha e a Segunda Guerra Mundial não tivessem intervindo. Também nos introduz uma série de truques e técnicas totalitários - principalmente eslovacos, mas também tchecos - que mais tarde seriam aperfeiçoados e usados

em todo o estado pelo Partido Comunista da Tchecoslováquia do pós-guerra (HEIMANN, 2009, p.87, tradução nossa).<sup>3</sup>

Em Março de 1939, com a Eslováquia tendo declarado autonomia federativa e a Tchecoslováquia não existindo mais como Estado soberano e unificado, o Terceiro Reich invadiu o restante do território tcheco - Boêmia e Morávia - e tornou-o protetorado alemão até o final da Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, a Eslováquia, com a anuência da Alemanha, foi declarada território independente e aliada do Eixo. Consequentemente, a partir deste momento, a nação tcheca passou a viver uma realidade muito distinta daquela dos eslovacos. Enquanto os últimos concretizaram a sua reivindicação secular por autonomia, ainda que permanecessem independentes na forma de satélite germânico, os tchecos adentraram em um regime administrado por Berlim, de cunho autoritário e violento e de políticas raciais (ORZOFF, 2009).

Além das políticas raciais que promoviam a divisão e a opressão da sociedade tcheca, o novo governo estatizou a economia e as relações de trabalho, de acordo com o que já se promovia em território germânico. Quanto a estas políticas, houve pouca resistência da população no período, considerando que grande parte dos trabalhadores na indústria estava recebendo salários consideráveis, mas, principalmente, porque buscava a própria sobrevivência acima de tudo. O território eslovaco, ainda que formalmente autônomo, estava subjugado a algumas políticas nazistas, tais como a de deportação de judeus para o Terceiro Reich, cujos números chegaram a 70 mil indivíduos (MCDERMOTT, 2015).

O regime instaurado no mais novo protetorado não visava a temporariedade, mas sim tempo o suficiente para desconstruir, alienar e absorver a população tcheca, tendo como objetivo final a homogeneização étnica. Para separar aqueles indivíduos dentre a população que não estavam aptos a fazer parte da Alemanha - em grande medida, judeus - e assimilar o restante,

---

<sup>3</sup> No original: “The Second Republic shows us what Slovak, Ruthenian and Czech variations on the contemporary European themes of anti-Semitism and Fascism looked at like at the time and hints at how they might have developed had Germany and the Second World War not intervened. It also introduces us to a number of totalitarian tricks and techniques - mainly Slovak, but also Czech - that were later to be perfected and used state-wide by the postwar Czechoslovak Communist Party.” (HEIMANN, 2009, p. 87).

quatro ações foram tomadas no curso da Segunda Guerra Mundial pelo governo do protetorado: expulsão, linguicídio, etnocídio e genocídio. O linguicídio e o etnocídio, termos menos comuns no vocabulário cotidiano, são, em essência, a exterminação do idioma e dos fatores étnicos e culturais de uma nação e, neste caso, conseqüente adoção da língua e costumes alemães (KREJČÍ; MACHONIN, 1996).

O mito nacional, que foi abordado com maiores detalhes no primeiro capítulo, ganhou um novo teor e uma nova percepção da população tcheca graças à ocupação nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Apesar de os dois primeiros presidentes da Tchecoslováquia ainda serem respeitados por seu trabalho no período entre guerras, a Primeira República perdeu muito de sua credibilidade. O antigo governo passou a ser visto como fraco e corrupto, enganado a respeito das relações estabelecidas com as potências ocidentais e da tentativa de acomodar uma variedade de nacionalidades em um mesmo Estado. Edvar Beneš, em seu exílio, tentava imprimir um novo caráter ao mito, cuja divulgação manteve contínua. A ênfase passou a ser da ligação da Tchecoslováquia com as suas origens eslavas, especialmente com a URSS. Ainda que a democracia continuasse a representar o ideal supremo da nação tchecoslovaca, ela agora se conectava à igualdade social. Ou seja, o antigo presidente sugeria uma abordagem socialista para a resolução dos problemas econômicos e sociais do Estado cuja soberania foi violada, utilizando-se da União Soviética como modelo a ser seguido (ORZOFF, 2009).

Após as dificuldades econômicas enfrentadas no entre guerras e sete anos de regimes opressivos e violentos, comandados por forças externas, as nações tcheca e eslovaca adquiriram uma nova percepção a respeito do seu passado e do seu futuro. Ficou claro que a Primeira República havia fracassado com os compromissos que assumiu e parte deste fracasso se devia ao abandono dos seus aliados mais estimados. Kevin McDermott sintetiza os efeitos do Acordo de Munique e dos fatos decorrentes que conduziram a busca da sociedade tchecoslovaca por uma alternativa política:

Em suma, as duras experiências socioeconômicas dos depressivos anos 30, a 'traição' pelas potências ocidentais em Munique, o fracasso do governo de Beneš em resistir ao desmembramento nazista do Estado e as subseqüentes aspirações por justiça nacional e

social nascidas de seis anos de tutela alemã contribuíram muito para desacreditar a Primeira República e enfraquecer o entusiasmo tcheco pela democracia liberal, pela economia capitalista e pela tolerância étnica (MCDERMOTT, 2015, p. 12, tradução nossa).<sup>4</sup>

### 3.3.1 Relações entre tchecos e eslovacos: o paradoxo da autonomia eslovaca

A legitimidade do Estado tchecoslovaco foi comprometida por sua característica de multinacionalidade desde sua criação. Não só a questão das minorias, que serão exploradas ainda neste capítulo, era um problema recorrente de governança, mas a relação entre tchecos e eslovacos também era conturbada. O motivo inicial de sua união, a concretização de sua autonomia como Estado-Nação, tornou-se insuficiente para manter a coesão entre ambos os povos. A concepção da administração de Tomáš Masaryk de uma Tchecoslováquia como Estado unitário era ilusória, o que deveria ser a governança de duas nações tornou-se a alienação da nação eslovaca pelo centralismo político tcheco. A diferença econômica visível entre ambas as regiões e suas implicações também contribuíram para eslovacos reivindicarem autonomia perante o governo de Praga (MCDERMOTT, 2015).

A tentativa de unidade do Estado era representada pelo estabelecimento do idioma oficial tchecoslovaco. Todavia, a intenção de unir o território nacional em torno de um elemento em comum era parte de uma estratégia maior. Quando contabilizadas em separado, as nações tcheca e eslovaca enfraqueciam-se politicamente devido ao grande número de alemães cidadãos da Tchecoslováquia, que chegava a ultrapassar os eslovacos em determinados períodos. Esta unificação da língua permitia que o Estado declarasse que a nação tchecoslovaca representava maioria populacional e, conseqüentemente, fazia frente aos interesses políticos dos alemães dos sudetos. O experimento do idioma tchecoslovaco resultou em ressentimento de não somente duas minorias representativas privadas de seu poder político, a alemã e a magiar, como também dos

---

<sup>4</sup> No original: “In sum, the harsh socio-economic experiences of the depressed 1930s, the ‘betrayal’ by the Western powers at Munich, the failure of Beneš government to resist the Nazi dismemberment of the state and the subsequent aspirations for national and social justice born out of six years of German tutelage did much to discredit the First Republic and dampen Czech enthusiasm for liberal democracy, capitalist economics and ethnic tolerance.” (MCDERMOTT, 2015, p. 12).

eslovacos, que mais uma vez viram-se despojados de sua autonomia e sua identidade nacional (HEIMANN, 2009).

Práticas como esta eram comuns durante o período da Primeira República e tinham como intuito assegurar que a governança estivesse centrada em Praga e que as demais nações não-tchecas fossem excluídas do comando político. Ainda durante o governo provisório, em 1918, a elite política tcheca, temendo a instabilidade das fronteiras eslovacas, de interesse e influência húngara, via-se no direito de tomar as medidas necessárias, entre elas expedir decretos, de forma a estabelecer controle da região. A partir de 1920, com a primeira Constituição Nacional tchecoslovaca estabelecida, as medidas que atribuíam maior poder e controle tcheco sobre as demais nações passaram a ser mais sutis, como é o caso do idioma oficial. Ainda sim, ficava cada vez mais claro para os eslovacos que a intenção tcheca de unir as nações para formar um Estado eslavo independente era muito mais conquistadora do que libertadora (HEIMANN, 2009).

Logo após o Acordo de Munique e o exílio de Edvard Beneš, em 06 de outubro de 1938, o ‘Manifesto do Partido Popular Eslovaco’ foi lido em público, sendo endossado por grande maioria dos partidos nacionais. A Eslováquia, aproveitando o contexto de crise da soberania tcheca, pretendia conquistar a autonomia que lhe havia sido prometida ainda no Acordo de Pittsburgh. A invasão alemã à Tchecoslováquia resultou em duas realidades, ainda que não completamente, opostas entre si: o território tcheco tornou-se protetorado dos invasores, enquanto estes garantiram a perpetuação da independência da Eslováquia, tornando-a seu satélite. Os contextos de cada nação não eram tão opostos como superficialmente poderia se pensar, pois a autonomia dos eslovacos estava atrelada aos interesses do governo de Hitler e das demandas de guerra do Eixo. A intensidade da frágil posição eslovaca pode ser exemplificada pelos territórios que tiveram de ser cedidos involuntariamente à vizinha Hungria, que os reivindicava por motivos étnicos (HEIMANN, 2009; KREJČÍ, 1972).

A resistência eslovaca ao controle nazista foi, ironicamente, a responsável por abrir espaço para a reconstrução de uma Tchecoslováquia independente. Quando o Estado foi restabelecido no pós-guerra, ele foi concebido não mais como Estado unitário, mas sim dualístico.



A antiga concepção de uma nação com duas línguas oficiais sofreu alteração para um território de duas nacionalidades, a tcheca e a eslovaca. A autonomia federativa dos eslovacos em relação a Praga não era, todavia, suficiente para o bom convívio dos dois povos. Desse modo, a contígua homogeneização de aspectos societários e econômicos foi parte essencial do plano do novo governo instaurado em 1945, visando trazer os índices econômicos e o padrão de vida eslovacos ao patamar dos referentes aos tchecos (KREJČÍ, 1972).

### 3.4 A MUDANÇA NA COMPOSIÇÃO ÉTNICA E SOCIAL ATRAVÉS DAS LIMPEZAS ÉTNICAS

Houve um fenômeno particular decorrente deste contexto de Segunda República e protetorado do Terceiro Reich, que foi talvez um dos mais importantes para criar as condições favoráveis para o comunismo ser bem sucedido na Tchecoslováquia - a limpeza étnica. Além das grandes perdas de população na guerra, o domínio nazista eliminou grande parte da etnia judaica, que, naquele momento, representava porção representativa das classes média e alta do país. A lacuna econômica que se criou com as dizimações foi preenchida, com o passar dos anos, por pessoas originárias de camadas sociais menos abastadas, ou seja, da barbárie decorreu uma revolução social peculiar, que criou condições para maior igualdade de renda no país (MCDERMOTT, 2015).

O período de dez anos desde o Acordo de Munique até a revolução comunista foi responsável por transformar a estrutura da sociedade tchecoslovaca. O alistamento fez com que a população jovem diminuísse em grande medida. Além da quase completa eliminação da população judia dos territórios tcheco e eslovaco durante o protetorado, houve, posteriormente, a expulsão forçada e violenta dos habitantes declarados alemães comandada pelo governo em Praga. Os trabalhadores, que já haviam sido privilegiados pelas políticas econômicas do comando do Terceiro Reich, continuaram a receber benefícios no governo da Frente Nacional. Apesar disso, um fator permanecia constante no momento pós-guerra, através dos julgamentos de colaboradores do regime e da continuada expulsão da população germânica, o discurso

radicalizado e simplificador, que antes cresceu entre os governos fascistas, de que havia as nações culpadas e aquelas inocentes de seu destino (ORZOFF, 2009).

A Terceira República, com breve duração, enfrentou modificações políticas e sociais que alteraram o futuro da Tchecoslováquia. A decisão de eliminar as etnias, causa de conhecidos problemas da Primeira República, havia sido tomada pela liderança exilada muito antes de retornar ao seu país. Esta era a oportunidade do comando político resolver o problema das minorias étnicas que perturbaram a coesão do Estado desde sua formação em 1918. Em 1945, no seu primeiro discurso após o retorno do exílio, o presidente Beneš declarou a necessidade de expulsar alemães e húngaros para além das fronteiras de interesse de tchecos e eslovacos. Seu discurso, não obstante, não se limitava apenas à população tchecoslovaca, mas direcionava-se às potências ocidentais, que, para apoiar as expulsões em massa, precisavam acreditar que esta se tratava da solução mais pacífica e humanizada para um vasto problema de etnias. Com a imensidão do projeto, é incontestável que a Tchecoslováquia precisaria do apoio das potências vencedoras da guerra (HEIMANN, 2009).

Desse modo, a população germânica, dos sudetos e das demais regiões que ocupava, também sofreu com as consequências da dominação da Tchecoslováquia pelo Terceiro Reich. Uma vez tornados cidadãos alemães, os respectivos deveres recaíram sobre estes indivíduos e, em contexto de Segunda Guerra Mundial, logicamente os homens capazes fisicamente tiveram que se alistar obrigatoriamente para as forças armadas do país. Uma vez liberta da dominação alemã em 1945, a reduzida população que sobreviveu à guerra teve de enfrentar então os expurgos de suas terras natais, uma vez que o novo governo era menos tolerante com respeito às diversidades étnicas e também temeroso frente ao possível retorno da Tchecoslováquia à condição de protetorado alemão (LUKES, 1996).

A transferência da população alemã para fora do território tchecoslovaco aconteceu em duas etapas, a primeira ocorreu entre maio e agosto de 1945 e ficou conhecida como ‘transferência bárbara’, devido aos vários registros de violência contra os reassentados. A justificativa dos violentadores era obviamente a repressão e a privação de liberdade sofridas ao

longo dos seis anos de protetorado, contudo, ficou claro que a situação servia para o novo governo, que desejava que sua agenda fosse cumprida de forma rápida e completa. Mais de meio milhão de alemães dos sudetos saíram do país neste período. A segunda transferência avançou no quesito organização e supervisão, na medida em que, diferentemente da fase anterior, havia sido ratificada pelas potências vencedoras da guerra na Conferência de Potsdam (agosto de 1945). Desta vez, a articulação se estendeu até outubro de 1946 e afetou mais de dois milhões de indivíduos (MCDERMOTT, 2015).

Além da expulsão alemã, outras medidas foram tomadas durante a Terceira República com o intuito de homogeneização do território tchecoslovaco: em 29 de junho de 1945, o Estado entrou em acordo com a URSS sobre ceder a região Subcarpática, de predominância russa e ucraniana. Outra atitude tomada neste sentido foi a tentativa de permutar eslovacos estabelecidos na Hungria por húngaros que habitavam no território nacional. Por último, ainda em 1945, foi lançada uma campanha de repatriação de tchecos e eslovacos que, por algum motivo, haviam saído do país. Esta homogeneização da sociedade tchecoslovaca eliminou as tensões existentes entre etnias, mas também aliviou as que existiam entre diferentes classes, com a maior distribuição de renda e de propriedade, que, em grande parte, representavam a causa de destruição da Primeira República. A homogeneização produziu uma simplificação da estrutura econômica da sociedade tchecoslovaca que, unida ao nível de desenvolvimento industrial e econômico, propiciou a consolidação do comunismo no país (KREJCÍ, 1972).

### 3.5 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PERÍODO DA CENTRALIZAÇÃO ECONÔMICA E DAS NACIONALIZAÇÕES

O perfil de desenvolvimento do Estado tchecoslovaco e as alterações econômicas sofridas no período entre-guerras também devem ser considerados nesta pesquisa, ainda que esta possua foco político-social; isto porque a Tchecoslováquia, neste ponto, também se mostra um caso em particular entre os Estados comunistas da Europa Centro-Oriental do século XX. Nesse sentido, insere-se como exceção dentro do seu contexto porque detinha grau considerável de

desenvolvimento econômico e de industrialização, por conta em grande medida dos índices avançados da região tcheca, antes do processo de socialização ocorrido a partir de 1948, com a tomada de poder pelos comunistas. Tal maturidade econômica, se comparada a dos demais Estados que compartilharam regimes semelhantes, conferia uma maior predisposição do território tchecoslovaco a se adaptar ao modo de produção socialista (KREJČÍ, 1972).

O alto grau de desenvolvimento econômico da área ocupada por tchecos, em parte, foi alcançado a partir da tomada de poder pelos nazistas, como será explicado posteriormente, porém, em grande medida, foi determinado pelo histórico desta nação desde seu pertencimento ao Império Habsburgo. Assim, o período da Primeira República foi marcado por tamanha prosperidade somente comparada à das grandes potências, considerando que o Estado inseria-se entre as dez economias mais industrializadas do mundo. Dentre suas indústrias, destacavam-se a automobilística e a leve (cerveja, vidros, tecidos e embutidos). Somada a sua maturidade econômica a outras características próprias da clássica democracia ocidental, por qual também sobressaia-se, a Tchecoslováquia era considerada um dos Estados avançados do mundo moderno durante os primeiros 20 anos de independência (HEIMANN, 2009).

Ao contrário dos países vizinhos que também faziam parte da zona de influência comunista, a Tchecoslováquia já possuía uma indústria consolidada antes de 1948, que criou as condições necessárias para a implementação do comunismo no país. Esta maturidade econômica foi o que possibilitou a relativa equalização das classes, começo do que posteriormente seriam chamadas de ‘transformações sistêmicas’. Sob o comando alemão, durante o protetorado tcheco, o grande projeto de centralização econômica e nacionalização das indústrias tchecas, juntamente com a transformação na composição étnica, resultado das transferências de minorias para fora do território, desencadeou um processo de homogeneização e simplificação da sociedade tchecoslovaca, através da redistribuição de ganhos entre classes e da consequente alteração nos padrões de vida (KREJČÍ, 1972).

O projeto de transformação da estrutura econômica das regiões tchecas sob domínio nazista serviam aos propósitos de guerra de Hitler, afinal, o território já possuía uma indústria

consolidada e os investimentos, neste sentido, iriam repercutir em ganhos para uma Alemanha em guerra. Em última instância, a intervenção germânica impulsionou as noções de coordenação estatal e assistência à população, que fundamentaram o planejamento do governo da Frente Nacional operária, cujo trabalho era cada vez mais demandado em função das necessidades de guerra, resultou em uma maior identificação e confiança da camada social, o que foi essencial para a reconstrução do território nacional no pós-guerra, já que as atividades dependiam em grande medida dos esforços do trabalhador industrial (MCDERMOTT, 2015).

Ainda que a base econômica faça parte da fusão de fatores responsáveis pelos eventos desencadeados em 1948, sua importância é subsidiária, considerando que a revolução comunista decorreu principalmente de conjunturas externas. A comparação aos demais Estados que passaram a orbitar em torno da URSS reitera o papel acessório do desenvolvimento econômico da Tchecoslováquia: apesar de não possuírem o perfil econômico e social, estes Estados acabaram passando por processos semelhantes de consolidação de governos comunistas, com durações igualmente afins. Não obstante, tais condicionantes devem ser considerados como essenciais na adaptação e modulação da sociedade sob o regime comunista no contexto particular da Tchecoslováquia de 1948 (KREJČÍ, 1972).

O projeto grandioso alemão de centralização econômica para o protetorado tcheco recebeu continuidade, de certa forma, no governo seguinte, após a libertação da dominação nazista. A diferença expressiva da nova política econômica era seu cunho esquerdista e seu objetivo de beneficiar as populações eslavas. A Frente Nacional lançou dois programas em conjunto, um dizia respeito ao seguimento das nacionalizações, o outro visava a reforma agrária. A reforma agrária somente tornou-se possível graças ao assunto tratado no subcapítulo anterior, a limpeza étnica. Os dois grandes expurgos alemães patrocinados pela coalizão política de esquerda não somente reduziu as tensões existentes entre as diferentes etnias que compunham a sociedade tchecoslovaca, mas disponibilizou uma imensa quantidade de terrenos, que foi distribuída pelo poder central entre tchecos e eslovacos primordialmente, ainda que alguns húngaros também tenham se beneficiado da reforma. A reforma favoreceu de duas formas o KSČ, ao mesmo tempo

em que preparou o terreno para sua ascensão em 1948, aumentou sua popularidade dentre aqueles que se privilegiaram da política (HEIMANN, 2009; MCDERMOTT, 2015).

#### **4 A ASCENSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA DA TCHECOSLOVÁQUIA: DA PRIMEIRA REPÚBLICA À DESESTALINIZAÇÃO NA DÉCADA DE 1950**

A criação do Partido Comunista da Tchecoslováquia (KSČ) se deu ainda durante a Primeira República, no contexto de democracia, multipartidarismo e liberdade de expressão e organização. Desde o seu início, o partido operou dentro das diretrizes da Internacional Comunista (Comintern), se sujeitando a gradual ‘bolchevização’, mas, ao mesmo tempo, mantendo discurso moderado e conexões com outros movimentos trabalhistas nacionais. Nas eleições, mantinha-se constantemente no grupo dos mais votados, fato que o destacava como um dos partidos comunistas mais fortes da Europa. Apesar de popular e relativamente moderado, o KSČ comumente não participava de coalizões políticas e defendia o conceito extremista leninista de autodeterminação das minorias que compunham o território nacional, posição delicada considerando o fator multinacional do Estado tchecoslovaco (MCDERMOTT, 2015).

Klement Gottwald, que em 1948 assumiria a presidência do primeiro governo comunista da Tchecoslováquia, recebeu a incumbência de gerenciar o KSČ a partir de 1928, posto que deixou somente com sua morte em 1953. Sua instalação no comando era reflexa do processo de stalinização por qual passava o partido, no qual diversos indivíduos de origem proletária e de fidelidade ao Comintern e suas diretrizes eram alocados em posições de liderança do KSČ. A reorientação do partido, que trouxe consigo maior radicalidade no discurso dos seus representantes, ocasionou perda progressiva de eleitorado no começo da década de 1930. Graças ao engajamento na luta contra o fascismo através das ‘frentes populares’, compostas por partidos de esquerda, o KSČ começou a retomar a popularidade no final da mesma década. O sucesso da empreitada contra os regimes totalitários que cresciam na Europa Ocidental permite a reutilização da tática das ‘frentes populares’ durante a Terceira República tchecoslovaca (MCDERMOTT, 2015).

Poucos meses antes da ocupação alemã iniciar-se na Tchecoslováquia, o KSČ passou para a ilegalidade, fato que ia ao encontro com as políticas totalitárias que orientavam a Segunda

República. Com o partido ameaçado pelo poder nazista, seus líderes tiveram de exilar-se no exterior; Gottwald, entre outros, passou o período da Segunda Guerra Mundial na URSS. Aproveitando-se da situação de enfraquecimento do comando tcheco do KSČ, eslovacos fundaram seu próprio partido em maio de 1939, meses após o Acordo de Munique. O Partido Comunista da Eslováquia representaria, durante o período comunista, um dos determinantes para a deterioração das relações tcheco-eslovacas. Os membros dos partidos comunistas que restaram em território nacional formavam parte significativa da resistência ao protetorado. Entre os movimentos de grande impacto, destaca-se a Revolta Nacional que ocorreu na Eslováquia entre agosto e outubro de 1944, cuja presença comunista foi contabilizada (MCDERMOTT, 2015).

Em 1945, após o fim da guerra e a retomada da Tchecoslováquia ao seu formato original de Estado-Nação soberano, o KSČ não se encontrava mais em situação de ilegalidade e, ao contrário, havia se fortalecido tanto pela aproximação diplomática ocorrida entre URSS e Tchecoslováquia, quanto pela responsabilidade assumida pelo exército vermelho em libertação do território eslavo. Apesar de não se haver presenciado nenhuma resistência realmente bem sucedida por parte de tchecos e eslovacos durante o período de domínio nazista, a tentativa mais memorável, sem dúvida, originou-se das forças comunistas nacionais. Além da atuação do partido na década de 1940, o fato de não inserir-se no contexto de erros políticos durante a Primeira República contribuiu para que a sociedade tchecoslovaca o considerasse a alternativa mais viável para o futuro da nação. Ainda que não possa se defender a inevitabilidade da ascensão do KSČ, deve-se compreender que o contexto era finalmente favorável a retórica comunista (ORZOFF, 2009).

#### 4.1 A COALIZÃO DOS PARTIDOS DE ESQUERDA SOB A FRENTE NACIONAL E O AVANÇO DO PODER DO PARTIDO COMUNISTA DA TCHECOSLOVÁQUIA

A resistência ao fascismo durante a Segunda Guerra Mundial conduziu aos sentimentos de nacionalismo e patriotismo entre os povos da Europa Oriental. Os tchecos, entre eles, formaram frente nacionais de espectro de esquerda, que, posteriormente, acabaram por transformarem-se



em um governo de coligação entre os diversos partidos envolvidos. A Revolta Nacional Eslovaca em 1944, movimento de resistência ao controle nazista, representou aos tchecos um gatilho para sua própria resistência. Assim, em 05 de maio 1945, um mês após as tropas russas entrarem em território tcheco em busca de libertação da população, aconteceram sucessivos levantes em Praga. Edvard Beneš regressou ao então restabelecido Estado-Nação tchecoslovaco em 16 de maio de 1945. Findada a Segunda Guerra Mundial, as transferências violentas de alemães para fora do território nacional se iniciaram, contando com o apoio do reiterado presidente Beneš, das tropas russas e das potências, mais uma vez, vencedoras da guerra (HOBSBAWN, 2003, ORZOFF, 2009).

A Tchecoslováquia deixou de ser protetorado alemão, unificou-se novamente e recuperou sua independência em 1945. Maio deste ano marca o começo da Terceira República, governada pela então liga provisória, que não havia sido eleita democraticamente, de seis partidos exclusivamente de esquerda, desta vez dois partidos eslovacos entre eles, denominada Frente Nacional. Ainda que a junção dos seis partidos não tenha sido completamente artificial, na medida em que possuíam objetivos e interesses comuns entre si, ela abertamente excluiu dois dos partidos mais populares no pré-guerra, de orientação direitista e ligados à convivência do domínio alemão, o Partido Agrário Tcheco e o Partido Popular Eslovaco. Dos vinte e cinco cargos para ministro eleitos inicialmente, mais de um terço pertencia aos políticos integrantes dos partidos comunistas (HEIMANN, 2009).

A Frente Nacional havia se reunido em Moscou em março do mesmo ano, para acordar sua composição, bem como seu programa de governo. Encontravam-se presentes delegados dos quatro partidos tchecos de esquerda e dos dois eslovacos de mesma orientação política, respectivamente, Nacional Socialistas, Socialdemocratas, Partido Popular, KSČ, Partido Democrata e Partido Comunista da Eslováquia (KSS). Ainda havia presentes representantes do Conselho Nacional Eslovaco (SNR). O esboço do programa de governo foi elaborado pelos delegados comunistas e acordado pelos demais representantes, com o mínimo de mudanças possível. O único motivo de maior discussão foi a questão de órgãos governamentais próprios da

Eslováquia, o que dizia respeito à busca desta nação por autonomia federativa. No final das contas, o debate encerrou em favor dos eslovacos, concedendo ao SNR a representação dos órgãos executivo e legislativo da nação (KAPLAN, 1989).

A liga provisória havia sido criada por seis partidos de esquerda interessados em oferecer uma transição pacífica para uma Tchecoslováquia livre e soberana. Ainda sim, cada um dos seis possuía sua própria agenda e, neste sentido, os comunistas encontravam-se isolados. Enquanto que estes viam a Frente Nacional como um instrumento para aprofundar seu monopólio de poder e sua popularidade, o restante dos partidos seguia uma corrente oposta, de contenção das ambições da extrema esquerda. A Frente Nacional servia aos partidos mais moderados como forma de manter os comunistas dentro do caminho democrático. O que mantinha a liga unida era o senso compartilhado a respeito da conjuntura internacional. Tendo recentemente ocupado a posição de protetorado alemão, a Tchecoslováquia necessitava coesão, de maneira a defender sua posição externamente, e seus líderes políticos estavam dispostos a trabalhar em comunhão em prol desse objetivo (KAPLAN, 1989).

A discussão da revolução de 1948 se inicia nesse momento de formação da Frente Nacional, momento em que o KSČ já exercia um papel importante na coalizão governamental. Sob estas condições, gradativamente seus ideais foram adquirindo suporte da população e suas propostas postas em prática, pois ficava claro que elas estavam de acordo com os desafios do pós-guerra e de um novo governo independente. Ainda, o ascendente prestígio das vertentes políticas comunistas entre o povo tcheco explica-se em parte pelo fracasso da Primeira República em conter o avanço nazista, que culminou na rejeição tanto do tipo de governança quanto dos governantes daquele momento, dando espaço para uma nova política. O partido comunista então aparentava estar dentre os representantes com credibilidade para assumir essa responsabilidade, condição necessária para que fosse desenvolvida uma estratégia política para o pós-guerra (MYANT, 1981).

O programa Košice, anunciado em 05 de abril de 1945, era, em suas origens, um anseio do partido comunista em realizar uma revolução democrática e nacional. O programa era a base

política e econômica da nova governança instaurada e representava os anseios de transformação tanto por parte do comando, quanto da sociedade. O caráter nacional dizia respeito à necessidade de se criar um Estado exclusivamente de nações tcheca e eslovaca, com o reconhecimento de igualdade entre elas. A execução desta parte do programa deu-se através dos expurgos, explicados no capítulo anterior, e do reconhecimento dos eslovacos como uma nação singular, como também já se foi mencionado. O teor democrático da revolução concretizou-se com o banimento político dos partidos de direita, colaboracionistas do regime nazista, limitando a atuação de apenas quatro partidos de esquerda no governo, e com a reforma agrária, tratada previamente. Dentre outras de suas medidas importantes, houve a nacionalização de áreas estratégicas da indústria, como a bancária e a energética, o controle de preços e salários pelo Estado e a descentralização nos governos locais, atribuindo a eles poder de decisão. Além da grande aceitação entre os demais partidos da coalizão, o programa mostrou-se popular entre tchecos e eslovacos (MCDERMOTT, 2015; ORZOFF, 2009).

Ainda que pouco mencionada pela literatura, a complicada relação entre tchecos e eslovacos foi tema de discussão e tentativa de solução em todos os governos da Tchecoslováquia desde sua formação em 1918. Este assunto perdurou após a Segunda Guerra Mundial, adentrando o período da Frente Nacional. Apesar de os eslovacos terem tomado iniciativa contra a administração nazista através da insurreição de 1944 e, conseqüentemente, terem servido de exemplo de resistência aos tchecos para a retomada da independência do Estado, a autonomia finalmente alcançada em 1939 era um direito que a nação não estava interessada em abdicar. Conhecendo o seu histórico de levantes populares durante a Segunda Guerra Mundial, o KSČ deduzia que o povo eslovaco era uma porção da sociedade que poderia ser facilmente persuadida com os ideais comunistas, desde que o partido se posicionasse em defesa da sua prerrogativa elementar, sua autodeterminação. Foi com estas intenções que os comunistas aceitaram a preservação da separação dos partidos comunistas eslovaco e tcheco, insistiram na inclusão do Conselho Nacional Eslovaco no governo da Frente Nacional e, por fim, comprometeram-se a restabelecer a igualdade das relações tcheco-eslovacas (HEIMANN, 2009).

A participação política do Partido Comunista antes da Segunda Guerra Mundial e seu papel patriótico durante este momento de instabilidade aumentaram sua popularidade no pós-guerra e naturalmente conduziram Klement Gottwald, presidente do partido, ao cargo de primeiro-ministro da Tchecoslováquia em 1946. As primeiras eleições livres do país enfatizaram a aceitação que o partido possuía entre os tchecos e os eslovacos, que recebeu a maior percentagem de votos entre os seis partidos da coligação política. Edvard Beneš, que havia regressado ao cargo da presidência, representava o oposto dos ideais de Gottwald. Ainda que tivesse interesse em manter relações com a URSS, pretendia governar de acordo com os valores ocidentais de democracia. Portanto, os primeiros anos da Frente Nacional, que também foram os primeiros de Guerra Fria, foram marcados por alguns desentendimentos com a aliada soviética, como foi o caso da tentativa da Tchecoslováquia de participar do Plano Marshall enquanto Estado sob a zona de influência da URSS (CALVOCORESSI, 2009).

Ainda que houvesse divergências políticas a respeito da aproximação entre a Tchecoslováquia e a União Soviética, os líderes do Estado eslavo, sejam quais fossem suas orientações, entendiam a importância dessa guinada na sua política externa. As relações com as potências da democracia ocidental estavam abaladas após o ocorrido em Munique e tchecos e eslovacos ainda sentiam-se ameaçados pelo poder alemão sentido durante a Segunda Guerra Mundial. Além do mais, a URSS adquiriu um *status* pós-guerra de grande poder do continente europeu, devido às participações essenciais do seu exército do lado dos Aliados, e era estimada, especialmente, por tchecos e eslovacos devido à participação decisiva do exército vermelho na libertação do seu território nacional. Por isso, aproximar-se da zona de influência soviética significava estar sob o tutelado desta grande potência vencedora, o que conferia proteção contra uma Alemanha ressurgente e suporte às decisões tchecoslovacas em âmbito do cenário internacional. Com este fim, em 1943, a Tchecoslováquia já havia assinado um tratado de amizade e mútua assistência com a potência do leste (MCDERMOTT, 2015; KAPLAN, 1989).

O Plano Marshall, de junho de 1947, tinha como fim a assistência dos Estados Unidos aos países que haviam sido destruídos durante a guerra. A União Soviética, considerando sua posição

de líder político dos países da Europa Centro-Oriental, entendia que o projeto estadunidense visava uma alteração na balança de poder do continente. Compreendendo o impacto que o Plano Marshall teria na Europa Ocidental, criou o Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecon) em 1949, que fazia frente ao plano adversário através da assimilação econômica e coordenação militar entre os Estados comunistas do leste e centro europeus. A Tchecoslováquia, juntamente com a Polônia, a Hungria, a Romênia, a Bulgária e a URSS, era membro fundante. Ainda que fundado sob um pretexto, o Comecon não registrou atividades significativas nos primeiros anos, o que reitera que o interesse da URSS com o plano era utilizá-lo como meio para subjugar as economias dos Estados vizinhos aos seus interesses, ao invés de desenvolver a região como um todo. Somente a partir da segunda metade da década de 1950, com a crise dos países comunistas, que o Comecon começou sofrer modificações para maior conexão entre os Estados membros (KAPLAN, 1989; CALVOCORESSI, 2009).

#### 4.2 A REVOLUÇÃO DE 1948: O CAMINHO TCHECOSLOVACO PARA O COMUNISMO

Ao observar os processos de consolidação do comunismo ocorridos nos Estados da Europa Centro-Oriental, há uma tendência a enquadrá-los como imposições externas violentas, advindas da precursora URSS. No entanto, a Tchecoslováquia mais uma vez deve ser particularizada quanto ao contexto de ascensão do seu partido comunista nacional. O KSČ, como já foi mencionado, mantinha relações com seu semelhante russo e seguia relativamente inserido nas diretrizes do Comintern. Não obstante, seria equivocado afirmar que, na década de 1940, o partido tinha sua personalidade atrelada somente aos valores stalinistas e à influência soviética; não se encontrava alienado às tendências políticas ocorridas internamente à Tchecoslováquia. Apesar de sua proximidade com a liderança comunista na Europa, foi capaz de criar bases na sociedade tchecoslovaca, graças ao modo próprio como enxergava e associava-se a mesma. A sua popularidade dava-se em grande medida pela capacidade de conectar-se ao mito nacional, mas também à cultura, aos valores, às tradições e principalmente à identidade da

sociedade. Após o longo período de guerra, passou a ser composto por uma maior variedade de grupos políticos, sociais e econômicos, associando-se, além de com a tradicional classe trabalhadora, com grupos agrários, do clérigo e da elite cultural (MCDERMOTT, 2015).

O comportamento do KSČ contrastava dos demais partidos comunistas na Europa Centro-Oriental, pois traçava um caminho lógico entre a agenda comunista para o país e a história da nação tcheca. Ou seja, havia uma comunhão entre os ideais defendidos pelo partido e aqueles que eram prezados pelos tchecos, antes mesmo de sua autonomia na forma de Estado-Nação. Ademais, a Tchecoslováquia era um caso único, por que havia perdido sua elite nacional em séculos passados e esta falta de vínculo com uma elite que conduza a política produziu um sentimento de igualitarismo entre o povo tcheco, inclusive por parte dos líderes políticos (LUKES, 1996).

Com a crescente percepção da sociedade de que a política da liga provisória estava rumando para um caminho em que democracia e comunismo combinavam-se, o KSČ começou a defender o caminho tchecoslovaco para o comunismo como uma forma singular, em que não haveria a necessidade de uma ditadura do proletariado. A via pacífica, democrática e gradual para o comunismo já estava acontecendo no período da Frente Nacional através do aumento da adesão e da popularidade do partido, bem como do suporte e da implementação de suas propostas, que estavam de acordo com as necessidades da sociedade daquele momento. Dentre as propostas, havia a planificação e centralização econômica, a nacionalização das indústrias e a relativa equalização do padrão de vida da população como um todo, como já foi mencionado neste trabalho (MYANT, 1981).

Além da aptidão do KSČ em vincular-se com a sociedade e incorporar-se a ela, houve outro condicionante da singularização da revolução de 1948, a percepção da população em geral a respeito do legado da Primeira e da Segunda República e das soluções propostas pelo partido para os problemas do pós-guerra, com a Tchecoslováquia em reconstrução de sua soberania e sua independência. A visão de baixo para cima, ou seja, do cidadão comum para a elite política, é de que, apesar de sua tradição aparentemente democrática e pluralista, o Estado vivia em diversos

dilemas: as tensões crescentes entre as minorias, como alemães e húngaros e, até mesmo, entre tchecos e eslovacos; a fraqueza do sistema democrático e parlamentar; a concentração e centralidade do poder executivo; e, principalmente, a desilusão quanto aos governantes capitalistas dos governos anteriores, que acabaram cedendo a autonomia do Estado quando da imposição do Acordo de Munique, muitas vezes, associando-se aos invasores e dando respaldo a suas práticas totalitárias, violentas e discriminatórias (MCDERMOTT, 2015).

A solução do KSČ para a economia foi um dos expoentes mais expressivos do caminho tchecoslovaco para o comunismo. O Plano de Dois Anos levava em conta as condições específicas do Estado eslavo, ainda que, na visão do partido, ele representasse um estágio de transição para um futuro modelo mais próximo daquele soviético. Ou seja, o modelo era realista e flexível, na medida em que considerava o contexto econômico e político da Tchecoslováquia, e sua originalidade residia no fato de que não se baseava em nenhum modelo anterior a ele. O projeto foi anunciado em janeiro de 1947 e tornou-se o eixo das políticas econômicas e sociais comunistas para o futuro imediato tchecoslovaco. Na sua essência, o propósito do plano era dividido entre duas premissas: o aumento da produção e a transformação destes ganhos econômicos em melhor qualidade de vida para a população. Ainda que tivesse objetivos claros, o projeto omitia questões essenciais. Pouco havia sido programado a respeito dos investimentos, não havia qualquer perspectiva de comércio exterior ou, até mesmo, orientação internacional do Estado. Muito menos se pensou a respeito da coordenação com outras economias planejadas de Estados vizinhos. Apesar de suas lacunas e seus defeitos, o plano era representação da tentativa do KSČ em encontrar um caminho próprio dos tchecoslovacos para o comunismo (MYANT, 1981).

#### **4.2.1 Os mecanismos comunistas para obter poder, a instabilidade da Frente Nacional e a Crise de Fevereiro**

Como foi explicado anteriormente, a Tchecoslováquia aproximou-se da União Soviética no pós-guerra figurando que a aliança com a potência seria benéfica em diversas questões

referentes à sua política exterior. Da forma semelhante, a URSS também compreendia os ganhos desta relação em contexto de Guerra Fria. Em 1947, a potência passou a intensificar as relações com os Estados de sua esfera de influência, de modo a formar um bloco coeso comandado por Moscou. Não obstante, a realidade do bloco só seria possível se seus aliados estivessem sendo liderados por governos comunistas. Tendo isso em vista, a política interna da Tchecoslováquia passou a ser motivo de maior interesse por parte da aliada soviética e pode-se dizer que a Crise de Fevereiro foi, em parte, determinada pela ingerência externa. A postura mais incisiva da potência foi primeiramente sentida quando impôs ao aliado que recusasse sua participação no Plano Marshall e aderisse ao Comintern (KAPLAN, 1989).

Ao mesmo tempo, em 1946, o KSČ já sentia que a concepção de uma via democrática para o socialismo estava sendo minada pelas diferenças entre os partidos e suas concepções de governo. Além disso, havia sinais de que se formava um bloco político contra as ambições comunistas. Nesse sentido, o Plano de Dois Anos, que já estava sendo concebido, serviria como uma nova tentativa de conectar o partido a sociedade tchecoslovaca. No final das contas, a insegurança gerada pela instabilidade política gerava questionamentos por parte dos membros do KSČ sobre se este tinha tomado a decisão correta quanto a seguir um caminho singular rumo ao comunismo ou se, simplesmente, o partido havia se perdido no seu planejamento (MYANT, 1981).

Em meio a esses questionamentos, os líderes do partido comunista posicionaram-se dispostos a mudanças incentivadas pela aliada soviética. Em agosto de 1947, o KSČ acordou seguir a proposta de ofensiva política elaborada por Gottwald, considerando os cenários interno e externo daquele momento. A ofensiva constituía-se na busca do monopólio de poder através dos meios viáveis e, dentre as iniciativas propostas, destaca-se que o partido se manteria em estado de alerta e preparado para mobilizar-se a aviso breve. A proposta, em suma, significa que os comunistas passaram a confiar na utilização de forças extraparlamentares para obter o que desejavam. Tamanha inflexibilidade da parte do KSČ começou a degradar visivelmente as



relações entre os partidos que compunham a Frente Nacional. O partido passou a ser isolado e vencido pela oposição durante as reuniões parlamentares e de gabinete (KAPLAN, 1989).

Para agravar a instabilidade, grupos secretos foram formados com o apoio do Ministro do Interior, Vaclav Nosek, no âmbito policial, para agir contra figuras políticas não comunistas e as massas de apoio aos comunistas começaram ser mobilizadas toda vez que precisavam impor uma decisão política. As relações da liga provisória estavam tão frágeis quando 1948 começou, que qualquer acontecimento poderia acarretar em uma crise. Por isso, o então primeiro-ministro Gottwald encerrou as reuniões oficiais do gabinete, obstáculo, naquele momento, as jogadas do partido comunista, paralisando as decisões do governo. Com o gabinete inapto a solucionar as questões rotineiras, toda estrutura política começou a ser afetada, refletindo nos ministérios e em outros órgãos. A situação criou a atmosfera necessária para que a crise de fevereiro de 1948 acontecesse (KAPLAN, 1989).

Em 12 de fevereiro do ano em questão, a instabilidade política ganhou proporções imensas com a colocação de indivíduos aliados ao partido comunista em oito cargos da polícia pelo Ministro do Interior. Os líderes comunistas estavam cientes do plano orquestrado pela oposição com o ato das renúncias ministeriais, mas resolveram aproveitar para tornar a situação a seu favor. Assim, aguardaram a chegada inesperada do Ministro de Assuntos Exteriores da União Soviética, Valerian Zorin, para reunirem-se em gabinete e aceitarem a renúncia dos 11 ministros de três partidos que compunham a Frente Nacional, os Nacional-Socialistas, o Partido Popular e os Democratas. Neste sentido, o presidente Edvar Beneš, apesar de inicialmente não ter intenção de concordar com as renúncias, acabou cedendo. Grandes greves, milícias e prisões de possíveis inimigos do Partido Comunista começaram acontecer nos dias seguintes, movimentos que anunciavam a aceitação em massa da população. Depois de seis dias, Beneš aceitou a renúncia e Gottwald assumiu o governo (MCDERMOTT, 2015).

#### 4.3 O MANTENIMENTO DO REGIME COMUNISTA E A RESISTÊNCIA AO PROCESSO DE DESESTALINIZAÇÃO NA DÉCADA DE 1950

A partir da vitória de fevereiro e da instalação do novo regime, o Estado foi renomeado como República Socialista da Tchecoslováquia e, em 09 de maio de 1948, a Assembleia Nacional aprovou uma nova constituição; esta não seguiu o modelo soviético, mas atualizou a constituição da Primeira República, de 1920. Ressalta-se que a constituição declarava que o poder deveria emanar do povo e preservava a identidade das suas duas nações predominantes. As primeiras eleições gerais ocorreram dia 30 do mesmo mês, em meio a uma forte campanha por parte do KSČ, com certo teor de intimidação, para que a população votasse abertamente nos candidatos pré-determinados pelo partido; Klement Gottwald foi eleito presidente (HEIMANN, 2009).

Os primeiros cinco anos do governo comunista centravam-se em consolidar e estender o seu monopólio de poder e o modelo adotado para tal tarefa era aquele importado da União Soviética, cuja premissa era da ditadura de um partido - o stalinismo. Um elemento pivotal desta estrutura era a coerção de todos os elementos anticomunistas da sociedade, que servia de aparato para as fundações do stalinismo. Nesse sentido, é importante conectar os atos de repressão ao posicionamento da União Soviética no contexto de Guerra Fria, pois os Estados sob sua influência tinham uma obrigação para com sua precursora em manter a estabilidade política dos novos governos. Ainda é preciso destacar que grande parte da coerção era apoiada pela população. A literatura ocidental, ao focar-se no comportamento do alto comando político, tende a fazer generalizações a respeito dos regimes comunistas do século XX e seus partidos em comando, como acontece no caso da Tchecoslováquia. A generalização mais popular, e por isso talvez, tida como certa, é a do totalitarismo, seja do partido seja da administração. De acordo com este pensamento, a rigidez do plano de governo dos líderes comunistas não deixava espaço para questionamentos vindos de administradores que se encontravam mais abaixo na cadeia de comando, muito menos da sociedade. Há certa veracidade quanto à opressão sofrida pela população em prol da estabilidade e segurança do regime, entretanto, não se trata de uma verdade

absoluta (MCDERMOTT, 2015). Kevin McDermott explica o tom restritivo deste pensamento e as dificuldades geradas por quem o concebe:

Ao se concentrar na alta política, no Estado e em seu aparato repressivo, os adeptos do totalitarismo tendem a exagerar o nível de controle sustentado exercido pelas autoridades centrais, estão desatentos ao funcionamento em nível micro e às discrepâncias entre a tomada de decisões altamente personalizada e a decisão de implementação amplamente dispersa, e deixam de apreciar a natureza contingente da formação da política. Acima de tudo, eles têm grande dificuldade em explicar as fontes de mudança sistêmica e de desenvolvimento ao longo do tempo - uma vez um regime totalitário, sempre um regime totalitário (MCDERMOTT, 2015, p.18, tradução nossa).<sup>1</sup>

A repressão não era a única forma do KSČ para firmar-se no poder. O discurso ritualizado e manipulado por parte do governo e a ascensão social foram fatores essenciais para garantir o suporte da população. Além disso, houve uma tentativa por parte do governo central de ganhar legitimidade através da preservação de algumas características da democracia vivida sob a Primeira República, como pode ser visto na elaboração da Constituição de 1948. Os projetos econômicos adotados durante a Frente Nacional receberam continuidade e foram aprofundados durante a primeira metade da década de 1950 através do Plano Econômico de Cinco Anos. Seus objetivos principais eram a reorientação do comércio exterior do Oeste para o Leste Europeu e a industrialização de grande parte das áreas rurais da Tchecoslováquia. As nacionalizações e a coletivização do campo também estavam em voga. Apesar das intenções comunistas em alavancar a economia tchecoslovaca seguindo o exemplo soviético, sua imitação pouco acurada da centralização econômica stalinista resultou em um Estado em semicrise, com uma massa de trabalhadores insatisfeita com as suas condições de vida (MCDERMOTT, 2015; HEIMANN, 2009).

A resistência ao regime comunista começou a tomar dimensões a partir da morte dos dois maiores representantes desta ideologia para tchecos e eslovacos. O primeiro-ministro russo, Josef Stalin, morreu em 05 de março de 1953, seguido de seu aliado, o presidente da Tchecoslováquia,

---

<sup>1</sup> No original: “By focusing on high politics, the state and its repressive apparatus, adherents of totalitarianism are prone to exaggerate the level of sustained control exerted by the central authorities, are inattentive to micro-level functioning and to the discrepancies between highly personalised decision-making and widely dispersed decision-implementation, and fail to appreciate the contingent nature of policy formation. Above all, they have great difficulty in explaining the sources of systemic change and development over time - once a totalitarian regime, always a totalitarian regime.” (MCDERMOTT, 2015, p. 18).

Klement Gottwald, em 14 de março do mesmo ano. Ao redor de toda região Centro-Oriental europeia, registraram-se diversas revoltas e levantes antistalinistas. Nesse sentido, a rebelião de Plzeň, que ocorreu na cidade tchecoslovaca de mesmo nome, em junho de 1953 representa um marco, pois foi a primeira das demonstrações deste cunho em toda região. A respeito desta revolta, a participação ativa de trabalhadores de orientação comunista e, até mesmo, de membros de baixo escalão do partido no poder sugeria que a solidariedade de classes mostrava-se mais relevante do que a disciplina partidária. Além do mais, a dificuldade encontrada pela polícia em conter as manifestações de junho levantou questões a respeito da efetividade da natureza totalitária do regime (MCDERMOTT, 2015).

Os eventos ocorridos em Plzeň foram o ponto de virada para a atualização do pensamento da governança comunista, que passou a buscar novos métodos para melhorar a qualidade das relações entre Estado e sociedade e, deste modo, perpetuar seus líderes no poder. A nova administração, sob Antonín Novotný, foi responsável por um novo curso da economia da Tchecoslováquia, que contou com diversas concessões, que resultaram em retorno do crescimento econômico e da melhoria de qualidade de vida da população, de maneira a conter o processo de desestalinização importado de Moscou sob o comando de Nikita Khrushchev. A diminuição do descontentamento da sociedade em relação ao regime, graças às alterações visíveis da administração, retardou a necessidade de acatar as medidas de abertura política e econômica que eram adotadas em todo Leste Europeu (MCDERMOTT, 2015).

Não obstante, outro fator deve ser considerado na análise a respeito do atraso do governo tchecoslovaco em adotar medidas de desestalinização, quando comparado aos Estados vizinhos - a conexão estabelecida entre os valores e mentalidades do comando político e da sociedade como um todo. Questões como a superioridade da classe trabalhadora eram compartilhadas entre governo e população, mas o ponto chave que conecta ambos os lados na busca por preservação do regime comunista é o medo dos revanchismos húngaro e, principalmente, do alemão. Mais uma vez a ingerência externa era responsável por moldar o comportamento social. A experiência do protetorado nazista e das expulsões da população alemã no pós-guerra deixou como legado o receio de vingança do vizinho germânico. Nesta lógica, o comunismo representava a libertação e a garantia da liberdade da Tchecoslováquia, através da proteção oferecida pela aliada soviética. Dessa forma, o processo de desestalinização é conhecido por ter ocorrido tardiamente, no final da década de 1960, na Tchecoslováquia (MCDERMOTT, 2015).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ingerência externa é o conceito que conecta os capítulos deste Trabalho de Conclusão de Curso, pois é este conceito que particulariza o processo de implementação do regime comunista da Tchecoslováquia, quando analisado entre os demais ocorridos na Europa Centro-Oriental. Seria equivocado pressupor que outros Estados que vivenciaram revoluções comunistas não lidaram com nenhuma forma de ingerência externa. Não obstante, tchecos e eslovacos, antes mesmo de fazerem parte de um território independente, com fronteiras delimitadas, já se encontravam subjugados a um poder externo, o Império Habsburgo. Quando surgiu a oportunidade de formarem um Estado autônomo, mais uma vez forças estrangeiras interferiram, de modo a servir aos seus propósitos do contexto de pós-guerra, ascensão comunista e contenção das ambições alemãs. Após apenas 20 anos de democracia sob a Primeira República, as potências ocidentais viram-se ameaçadas pelos planos expansionistas de Hitler e, mais uma vez, violaram a soberania da Tchecoslováquia, de forma proteger seus interesses. Em 29 de setembro de 1938, os supostos aliados do Estado eslavo decidiram, junto à Alemanha, o futuro das nações tcheca e eslovaca. O Acordo de Munique é a baliza do comportamento dos grandes poderes para com a Tchecoslováquia. Sob o protetorado Nazista, tchecos enfrentaram o ápice da ingerência externa, perdendo por completo sua autonomia administrativa. Por fim, com a instalação do governo comunista, o Estado passou a orbitar em torno da URSS no contexto de Guerra Fria.

A tendência das pesquisas é relegar a segundo plano a relação entre o interno e o externo de um Estado, na medida em que é preciso estabelecer um dos planos como foco de estudo. Tratando-se de compreender as causas das revoluções, em especial as comunistas, comumente, os trabalhos detêm-se a analisar os condicionantes internos. No caso da Tchecoslováquia, resumir a pesquisa em uma análise da dimensão nacional seria menosprezar sua particularidade, ou seja, as complexas interações entre fatores internos e externos. Tendo como base os estudos de Fred Halliday do papel das revoluções nas Relações Internacionais (RI), o olhar dado à ingerência externa no caso da Tchecoslováquia permite entender como o sistema internacional (SI) exerce

um papel multifacetado no surgimento das revoluções. (MCDERMOTT, 2015; HALLIDAY, 1999). De acordo com Halliday, existem diversas maneiras de o SI operar de modo a alavancar uma revolução:

[...] através da derrota ou da crise na guerra, através das mudanças econômicas internacionais que destroem as ordens tradicionais, através de confrontos entre os Estados e as sociedades provocados pela mobilização de recursos para a competição internacional, através da remoção das garantias do poder hegemônico. Em outras palavras, enquanto os Estados podem usar a dimensão internacional e os recursos que ela fornece para consolidar a sua posição em casa, eles também podem-se descobrir enfraquecidos internamente como um resultado de suas atividades e alianças internacionais (HALLIDAY, 1999, p. 149).

Ainda tratando-se do foco estabelecido por esta pesquisa, um primeiro desafio lhe é imposto: a falta de conteúdo científico a respeito da Tchecoslováquia na área de RI. Aqueles que se dedicam a estudar o tema dentro da comunidade científica, em geral, são historiadores, que tem como base as estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas internas ao Estado em questão, ou seja, o tema carece da visão de internacionalistas. Para solucionar o empecilho, o trabalho uniu a informação das fontes historiográficas específicas da Tchecoslováquia com o conhecimento geral dos estudiosos de RI a respeito do SI no período tratado, mais especificamente sobre as duas guerras mundiais que marcaram o século XX. Com a conexão das duas áreas de conhecimento, a pesquisa pretendeu produzir conteúdo a respeito de um Estado pouco estudado no âmbito das RI e servir como instrumento para a formação de um diálogo mais profundo a respeito do tema.

O segundo desafio que se apresentou a esta pesquisa também se originou pela falta de conteúdo científico, nesse caso, a escassa bibliografia a respeito dos primeiros 30 anos de independência tchecoslovaca. Explica-se esta escassez pelo quase consenso da literatura ocidental ao menosprezar os condicionantes da revolução comunista de 1948, tratando-a como uma ruptura do padrão social, ou seja, uma imposição de um regime que não representava a sociedade em que se inseria. Como este trabalho busca o comportamento inverso, analisar quais foram os fatores externos da revolução e como estes moldaram a percepção da população ao longo de décadas, a pouca atenção destinada a este período da história das nações tcheca e eslovaca foi empecilho inicial. O problema foi contornado, mas não solucionado completamente. Para isso, a análise

incorporou a percepção de diversos autores cuja proposta não é necessariamente tratar deste período, mas que, para atingir seus objetivos, transcorrem alguns dos temas relevantes dos 30 anos estudados.

A justificativa para esta pesquisa ater-se ao raciocínio inverso aquele comumente aceito pela literatura ocidental é a necessidade de abrir espaço para discutir um tema negligenciado. Apesar de ser negligenciado pelos motivos explicados acima, o assunto abrange discussões muito mais amplas do que apenas se o comunismo foi imposto ou aceito pela sociedade. Tratar dos primeiros 30 anos de formação da Tchecoslováquia permitiu a este trabalho três análises singulares. A primeira diz respeito a tensão da democracia tchecoslovaca ocasionada pelo seu caráter multinacional, a segunda discute as implicações do abandono do Estado pelas potências ocidentais no Acordo de Munique, a última conecta a limpeza étnica e a centralização econômica ocorridas no período nazista com a tomada de poder pelos comunistas.

A influência das forças externas na formação do Estado da Tchecoslováquia e na delimitação do seu território nacional, imprimida pela intenção das potências vitoriosas da guerra em conter o avanço de qualquer força inimiga, produziu uma sociedade tão multiétnica quanto a que a precedeu pertencente ao Império Habsburgo. Os movimentos de autodeterminação dos povos que surgiram no final do século XIX pretendiam o desenvolvimento singular de cada nação que se viu independente ao final da Primeira Guerra Mundial. No caso da Tchecoslováquia, ao contrário, a conjuntura externa à independência criou uma sociedade sobrecarregada pelas disputas de poder entre as etnias. Posteriormente, a falta de coesão foi apontada pelos líderes políticos como uma dos motivos para que a Tchecoslováquia não fosse capaz de defender sua soberania. O tema volta a ser centro das atenções no período das limpezas étnicas.

O Acordo de Munique, que precedeu a Segunda Guerra Mundial, foi condicionante decisivo para sua eclosão. Por isso, ainda que os impactos diretos tenham sido restritos a Tchecoslováquia, os indiretos, sentidos nos anos seguintes, foram sentidos por todo continente. A tentativa de conter as ambições expansionistas nazistas, com a entrega da região dos sudetos alemães e com a permissividade da consequente tomada do restante do território tcheco pelo Terceiro Reich, produziu os efeitos opostos. A partir desta conferência entre as potências europeias, Hitler compreendeu que, em busca de sua própria preservação, as democracias ocidentais não cumpririam seu dever, caso algum de seus aliados menores fosse atacado ou invadido. O comportamento dos grandes poderes permitiu que a Alemanha avançasse em sua

ofensiva, eclodindo na Segunda Guerra Mundial.

O ano de 1939 marca o começo do protetorado nazista do território tcheco. Dentre as ações tomadas pelo governo instaurado, duas foram responsáveis por moldar a sociedade de modo a preparar o terreno para os acontecimentos de 1948: a limpeza étnica e a centralização econômica. A respeito da última, é conhecido que a região tcheca já possuía vantagens em relação ao seu desenvolvimento econômico, se comparada à eslovaca. Portanto, quando os alemães assumiram o governo, a centralização da economia respaldou-se no grande fluxo de investimentos e de nacionalização de indústrias e, igualmente importante, focou-se na qualidade de vida do trabalhador, que impactava diretamente na sua produtividade. O projeto centralizador, nesse sentido, iniciou a reorientação da economia tchecoslovaca, que receberia continuidade em moldes semelhantes nos governos seguintes. Sobre a limpeza étnica, esta foi responsável por gerar dois fenômenos consequentes, o primeiro foi a mudança na composição étnica e de classe, o que permitiu a ascensão social das classes menos abastadas, uma igualdade sem precedentes e a diminuição das tensões tratadas anteriormente. O segundo foi a reforma agrária, ocorrida em decorrência da migração forçada alemã, que propiciou a ocupação por tchecos e eslovacos de diversas terras desocupadas. Afinal, a limpeza étnica criou as condições para uma revolução social a partir de 1948.

È possível fazer, ainda, uma análise derivada do fenômeno da limpeza étnica, que diz respeito ao teor pacífico da revolução comunista. Considerando apenas os episódios de 1948, pode-se afirmar que a revolução foi, sem dúvidas, um evento pacífico. Não obstante, analisando a história das revoluções, constata-se que todo acontecimento desse tipo tem caráter violento, concluindo-se que a violência está atrelada à revolução. Por isso, retomando a análise das transformações ocorridas em 1948, pode-se afirmar que estas somente conseguiram manter o cunho pacífico, pois condicionantes violentos as precederam. A limpeza étnica está entre os eventos de maior brutalidade da Europa do século XX e, no caso tchecoslovaco, foi determinante na modulação da estrutura da sociedade. Desse modo, a limpeza étnica que precedeu a revolução comunista foi seu determinante de cunho violento, e, por essa razão, é impossível de se afirmar que a instalação do regime comunista ocorreu pacificamente.

Finalmente, precisa-se ressaltar outro conceito além da ingerência externa que se mostrou presente ao longo da história tchecoslovaca: o mito nacional. Este foi desenvolvido pela elite intelectual tcheca antes mesmo da formação do Estado e foi modulado ao longo das décadas para



adequar-se à evolução das condições internas, causada primariamente pelas conjunturas externas. A governança tcheca utilizou-o como instrumento de sua perpetuação no poder desde a Primeira República até o final do regime comunista. Cada comando político adaptou o significado do mito de forma a servir aos seus propósitos. Assim, nos primeiros vinte anos de independência, o mito estava associado à democracia ocidental, durante o período de invasão alemã, ganhou cunho vitimista. Ao final, o mito foi utilizado pelos comunistas, na década de 1940, de forma a angariar o suporte de indivíduos que não se identificavam com os ideais do partido, por isso, passou a ser relacionado a uma democracia mais popular e igualitária, conectada aos valores soviéticos.

## 6 REFERÊNCIAS

CALVOCORESSI, P.. **World politics since 1945**. 9th ed. England: Pearson Education Limited, 2009

HALLIDAY, F.. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1999.

HANÁK, H.. France, Britain, Italy and the independence of Czechoslovakia in 1918. In: STONE, N; STROUHAL, E. (Comp.). **Czechoslovakia: crossroads and crises 1918-88**. New York: Palgrave Macmillan, 1989.

HART, B. H. L.. **History of the Second World War**. London: Cassel & Company Ltd., 1970.

HEIMANN, M.. **Czechoslovakia: the state that failed**. New Haven: Yale University Press, 2009.

HOBSBAWN, E. J.. **Era dos extremos**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOUSE, J. M.. **Combinação das armas: A guerra no século XX**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

KAPLAN, K..Czechoslovakia's February 1948. In: STONE, N; STROUHAL, E. (Comp.). **Czechoslovakia: crossroads and crises 1918-88**. New York: Palgrave Macmillan, 1989.

KREJČÍ, J.. **Social change and stratification in postwar Czechoslovakia**. London: Palgrave Macmillan, 1972.

KREJČÍ, J.; MACHONIN, P.. **Czechoslovakia, 1918-92: a laboratory for social change**. London: Palgrave Macmillan, 1996.

LUKES, I.. **Czechoslovakia between Stalin and Hitler: the diplomacy of Edvard Benes in the 1930s**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

MCDERMOTT, K.. **Communist Czechoslovakia, 1945-89: a political and social history**. London: Palgrave Macmillan, 2015.

MLYNÁRIK, J.. The national question in Czechoslovakia and the 1938 Munich Agreement. In: STONE, N; STROUHAL, E. (Comp.). **Czechoslovakia: crossroads and crises 1918-88**. New York: Palgrave Macmillan, 1989.

MYANT, M. R.. **Socialism and democracy in Czechoslovakia: 1945-1948**. New York: Cambridge University Press, 1981.

ORZOFF, A. **Battle for the Castle: the myth of Czechoslovakia in Europe, 1914-1948**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

RAGSDALE, H.. **The soviets, the Munich Crisis, and the coming of World War II**. New York: Cambridge University Press, 2004.

SCHUBERT, F. N.. **Hungarian borderlands: from the Habsburg Empire to the Axis Alliance, the Warsaw Pact, and the European Union**. London: Continuum International, 2011.

TAYLOR, A. J. P.. **The Habsburg monarchy: 1809 - 1918, a history of the Austrian Empire and Austria-Hungary**. London: Hamish Hamilton, 1948.

WAWRO, G.. **A mad catastrophe: the outbreak of World War I and the collapse of the Habsburg Empire**. New York: Basic Books, 2014.